

MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Coronel Chagas
Suplentes:
2º - Deputada Aurelina Medeiros

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Marcelo Natanael

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Erci de Moraes
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Jean Frank

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Célio Wanderley
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO	Atos Administrativos	
	Errata ao Processo nº 0.042/ALE/2012	2
	Atos Legislativos	
	Proposta de Emenda Constitucional nº 002/2012	2
	Projeto de Lei Complementar nº 011 e 012/2012	3
	Resolução da Mesa nº 015/2012	3
	Republicação - Resolução Legislativa nº 010/2012	3
	Requerimento nº 035/2012	4
	Ata da 2140ª Sessão Ordinária	4
	Ata da 594ª Sessão Extraordinária	7
Ata da 2099ª Sessão Ordinária na Íntegra	7	
Ata de Reunião de Instalação da Comissão Especial Externa - Resolução nº 014/2012	17	

EXPEDIENTE	GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL
	Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR Telefone: (95) 3623-6665
	ELÂNDIA GOMES ARAÚJO Gerente de Documentação Geral
	VICTOR TAVARES PIRO Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES	As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h
	É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS LEGISLATIVOS

DA PRESIDÊNCIA: EXTRATOS DE CONTRATOS

ERRATA

PROCESSO Nº: 0.042/ALE/2012
INFORMAMOS QUE HOUE UM ERRO DE DIGITAÇÃO NA INFORMAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO.

Onde se LÊ artigo 25, LEIA-SE artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93, PORTANTO, DISPENSÁVEL DE LICITAÇÃO, NÃO, INEXÍGIVEL DE LICITAÇÃO, como foi publicado.

Boa Vista-RR, 05 de setembro de 2012

Aias Viana Bento
Superintendente Administrativo

ATOS LEGISLATIVOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 002 /2012

Acrescenta-se o Art. 20-G a Constituição do Estado de Roraima, que versa sobre as modalidades de ingresso nas companhias estaduais.

A mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º - É acrescentado o Art. 20-G a Constituição do Estado de Roraima:

“ART. 20-G. O ingresso de servidores nas companhias estaduais CERR, CAER, CODESAIMA, depende de concurso de provas e títulos, ressalvados os trabalhadores em regime de

serviços prestados contínuos, contratados e investidos até o ano de dois mil e cinco, na forma da Lei em caráter privado.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A propositura da presente Emenda Constitucional visa adequar os termos da legislação vigente, em especial, da Constituição Estadual à realidade da CERR, CAER e da CODESAIMA.

A matéria vem a esta Comissão para que emitamos parecer quanto à sua admissibilidade. Após, sobre o mérito da mesma, dirá Comissão Especial, “ad hoc”, e perante a qual poderão ser apresentadas emendas, caso esta Comissão entenda ser a proposição admissível ao debate parlamentar.

Quanto ao conteúdo, observa-se que a matéria tratada é passível de deliberação por via de proposta de emenda constitucional, porquanto o § 4º do art. 60 da Carta Política exclui dessa deliberação apenas as proposições tendentes a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação de Poderes, e os direitos e garantias individuais, o que não é o caso da proposição.

Nada há a obstar, também, quanto à técnica legislativa utilizada na elaboração da presente proposição, senão vejamos:

Essas companhias, há anos vem demonstrando sua importância e significado para o desenvolvimento na infra-estrutura de desenvolvimento político e econômico do Estado de Roraima, tanto que os sucessivos governos que se sucederam a frente do executivo estadual mantiveram esses profissionais em suas atividades, período estes que deveriam ser temporárias, se consolidaram no aspecto administrativo, sem que tenham amparo legal definitivo.

Isto se deve ao fato de que ao longo de todos esses anos as Companhias vem desenvolvendo um trabalho fundamental, que demonstra o compromisso desses profissionais especializados e o serviço público, que têm merecido a legitimidade a partir do reconhecimento da comunidade.

Apesar dos sucessivos governos reconhecerem a importância destas atividades salutares para a população em geral, isto não foi acompanhado de um projeto e de uma política permanente para este setor.

Com efeito, os profissionais dessas companhias carecem de uma política que norteie seu trabalho, que sirva de suporte a população. Enquanto o Governo Federal discute políticas de aceleração do crescimento para o setor, infelizmente, os sucessivos governos estaduais, apesar de contarem com o maior número de profissionais em suas empresas, não conseguiram traçar metas nem de curto ou de longo prazo para os profissionais que atuam nas Companhias

A política de saneamento básico, a guisa de exemplo, é uma ação do poder público que se baseia em princípios, operações, procedimentos administrativos e orçamentários, que devem servir para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Assim, o reconhecimento desses profissionais como instrumento basilar para o crescimento e desenvolvimento social do Estado de Roraima é de grande relevo, razão pela qual se impõe a presente emenda, é fundamental a fim de avançarmos na elaboração de um projeto e uma política permanente para o setor.

Outrossim, o reconhecimento tácito por parte do Governo Estadual de RR da importância de seus profissionais se por um lado é motivo de orgulho para este segmento profissional, por outro é, também, razão de angústia e desespero em virtude da grave situação em que se encontram estes profissionais na medida em que aquele reconhecimento não se traduziu em dignificação profissional, nem sequer minimamente em segurança jurídica-legal.

A situação por que passam esses profissionais é trágica na medida em que se encontram do ponto de vista legal, numa condição híbrida que precisa ser encarada e resolvida, sob pena de seguir se cometendo sérias injustiças com graves conseqüências para vida profissional e pessoal.

Diante disso, não resta outra alternativa senão a de buscar a construção de uma solução para a questão, que conforme demonstraremos adiante é absolutamente possível, carecendo tão somente de vontade política, que se confirmada permitirá a regularização da situação funcional desses profissionais e, assim, poder dar continuidade ao desenvolvimento tão necessária para o bom e profícuo desenvolvimento do setor.

Os profissionais das companhias acima citado, em que pese serem contratados, portanto, de livre demissão, ao se manterem ao longo de sucessivos e distintos governos legitimaram na prática a manutenção de seus cargos. Dessa forma, não restou outra alternativa à administração estadual, através de sucessivos e distintos governos, senão a de manter esses profissionais, porém numa situação de híbrida, como dissemos

acima, pois nem bem são empregados propriamente dita, nem tão pouco “servidores públicos”, ficando num verdadeiro limbo.

Assim, esta situação híbrida funcional desses profissionais das companhias impõe necessariamente uma saída política sob pena de se cometer uma grave injustiça.

A situação dos profissionais em questão não é estranha ou nova na administração pública, sendo de amplo conhecimento o caso em que se encontravam os funcionários da FUNASA, mais conhecidos como “mata-mosquitos”, que é muito similar à questão em exame.

No caso dos “mata-mosquitos”, como também é cediço, após um grande processo de mobilização, finalmente, o Governo Federal e o Congresso Nacional resolveram a questão com a aprovação e promulgação da EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, que regularizou o ingresso desses profissionais no âmbito da administração pública.

No mesmo sentido, vale informar que, recentemente Projeto de Lei encaminhado pelo Governador do Estado de Minas Gerais, Sr. Aécio Neves, e aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, legalizou a situação de outros milhares de trabalhadores que se encontravam em situação semelhante e dos “mata-mosquitos” no estado de Minas Gerais.

Dito isto, não resta outra alternativa senão a de nos espelhar nos precedentes acima demonstrados a fim de solucionarmos definitivamente a situação, que tanto aflige esses trabalhadores.

Por fim, cumpre ressaltar que, no caso em tela trata-se de pouco mais de 1.000 trabalhadores, número muito inferior aos milhares que o Governo Federal e o Governo de Minas Gerais regularizaram, sendo certo que os profissionais são especializados, fato que envidaria tempo e fortuna aos cofres para habilitar novos profissionais no setor e, ainda, foram contratados à época sem a temporariedade legal, é dizer: por ocasião da contratação, contrataram como se privado fosse as estatais.

Apenas para acolmatar, a Constituição Federal do Brasil consignou de forma expressa, no íntimo do seu artigo 3º, o desejo de constituir uma sociedade livre, justa, solidária e igualitária, diminuindo diferença entre os homens e libertando-os do preconceito.

Certamente não desejou o legislador outro reflexo, senão o desenvolvimento social, pacificação dos conflitos e o bem geral da sociedade, não desprezando a “dignidade da pessoa humana”, em especial, aos que deram seu sangue, suor e lágrima pelo bem social e, agora, está presenciando seu direito ser objeto de manobra política antissocial e lesiva.

Os princípios e garantias estão sacramentados na Carta Federal, cumprindo, agora, ao Estado, a função de prestar a devida proteção jurídica aos direitos tutelados.

Esta proteção jurídica não pode significar promessa de proteção. Não basta ao Estado oferecer direitos na forma simplesmente positivada. A oferta deve ser real, concreta e capaz de operar efeitos e de interferir diretamente na vida das pessoas. Se assim não for, não haverá proteção de direitos.

Tudo que for desejável de ser perseguido e merecedor de ser obtido deve ser realizado, cumprindo ao Estado o encargo de oferecer caminhos seguros que levem a concretização do objetivo único, ou seja, o bem estar social e o amparo do cidadão, seja ele profissionalmente ativo, aposentado ou anistiado.

Por isso também, não é justo, no caso de eventual vacância, deixar essas pessoas experimentadas, que estão há anos laborando como profissionais especializados, que investiram uma vida e recursos próprios nas mesmas prestando relevante trabalho público e social, ao desamparo. Ao revés, justifica-se, todavia, resguardá-los.

Pela importância que o assunto se reveste e pela equidade de direitos que tem os atuais trabalhadores, com igual situação funcional aos efetivos, é que apresento esta proposta de Emenda Constitucional, trazendo a matéria a discussão.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 011 DE 04 DE SETEMBRO DE 2012

Altera dispositivos e anexos da Lei Complementar nº. 142, de 29 de dezembro de 2008, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 175, de 26 de janeiro de 2011, pela Lei Complementar Estadual nº. 177, de 05 de maio de 2011, pela Lei Complementar Estadual nº. 195, de 22 de março de 2012; e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte lei complementar:

Palácio Senador Hélio Campos - RR, XX de XXXXXX de 2012.

JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR
Governador do Estado de Roraima

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/12

Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima - MPC/RR.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA. Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte lei complementar:

Palácio Senador Hélio Campos - RR, XX de XX de 2012.

JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR
Governador do Estado de Roraima

RESOLUÇÃO DA MESA

RESOLUÇÃO Nº 015/12

Cria Comissão Especial Interna para analisar e dar parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 002/12.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 31 da Constituição Estadual, c/c art. 23, VI, “j”, e art. 42 do Regimento Interno deste Poder, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica criada Comissão Especial Interna para **analisar e dar parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 002/12**, constituída pelos seguintes parlamentares:

- Coronel Chagas;
- Gabriel Picanço;
- George Melo;
- Rodrigo Jucá; e
- Soldado Sampaio.

Art. 2º A Comissão a que se refere o art. 1º tem o prazo para funcionamento de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período para emissão do respectivo parecer.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 04 de setembro de 2012.

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Dep. **JALSER RENIER**

1º Secretário

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA

= REPUBLICAÇÃO = RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 010/12

Dispõe sobre a denominação do Coral da Assembleia Legislativa de Roraima.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou, e ela promulga a seguinte Resolução Legislativa:

Art. 1º O Coral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, criado pela Resolução nº 025/07, de 28 de junho de 2007, passa a denominar-se “**Coral Canto Legislativo Izídio Galdino**”.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução Legislativa correrão à conta de dotação orçamentária do Poder Legislativo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 29 de agosto de 2012.

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Dep. **JALSER RENIER**

1º Secretário

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

REQUERIMENTOS
REQUERIMENTO Nº 035/12

Excelentíssimo Senhor
Deputado CHICO GUERRA
 Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Senhor Presidente:

Os Deputados que a este subscrevem, de conformidade com os incisos II e XIII do art. 196 c/c alínea "f" do art. 248 e art. 252, todos do Regimento Interno, requerem a urgência urgentíssima para a realização de Sessão Extraordinária, no dia 04 de setembro do corrente, às 19h, para discussão e votação em **turno único** do Projeto de Lei nº 039/12 que "**Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interna, junto ao BNDES, tendo como Agente Financeiro o Banco do Brasil S/A, no âmbito do Programa PROINVESTE, e a oferecer garantias**", de autoria do Poder Executivo Estadual.

Sala das Sessões, 04 de setembro de 2012.

Deputados

ATAS PLENÁRIO - SUCINTA
ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO QUARTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia vinte e oito de agosto de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima quadragésima Sessão Ordinária do quadragésimo quarto Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra, declarou aberta a Sessão, convidando o Senhor Deputado Ionilson Sampaio para atuar como Segundo Secretário ad hoc e solicitando-lhe proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado Jalser Renier, proceder à leitura do Expediente. RECEBIDO DOS DEPUTADOS: Memo nº 023/12, de 21/08/12, da Deputada Angela Águida Portella, comunicando sua ausência à Sessão Plenária do dia 21/08/12. Indicação s/nº, de 21/08/12, do Deputado Marcelo Cabral, solicitando a construção de uma escola estadual no bairro Cidade Satélite, Município de Boa Vista. Indicação s/nº, de 21/08/12, do Deputado Marcelo Cabral, solicitando a recuperação da ponte do Araçá – Região da Comunidade Indígena do Araçá, Município de Amajari. Indicação s/nº, de 21/08/12, do Deputado Marcelo Cabral, solicitando a recuperação da ponte da Mangueira – Região da Comunidade Indígena da Mangueira – Município de Amajari. RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO: Mensagem Governamental nº 036/12, de 20/08/12, encaminhando Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a realizar contratação de Operação de Crédito Interna, no montante de R\$ 365.496.000,00 (trezentos e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e noventa e seis mil reais), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, tendo como agente financeiro o Banco do Brasil S/A, para financiamento de despesas de capital, constantes dos Programas e Ações do Plano Plurianual e do Orçamento Anual, e liquidação parcial antecipada de operações contratadas no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento – PEF/BNDES. Ofício nº 80/12, de 24/08/12, do Gabinete do Governador, encaminhando cópia do SEPLAN/DOP/OFÍCIO nº 252/12, de 24/08/12, referente à abertura de crédito extraordinário do exercício de 2012. RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS: Ofício Circular nº 016/12, de 22/08/12, comunicando a inabilitação, pelo prazo de 05 (cinco) anos, para o exercício de cargos em comissão ou função de confiança, no âmbito da administração pública, dos gestores Valmir Barbosa Cruz e Sebastião Ferreira da Silva. Ofício nº 248/12, de 20/08/12, do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, informando a impossibilidade de comparecimento. EXTERNO: Comunicados nºs ALO85243/2012 a ALO85283/2012, de 10/08/12, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da Associação de Pais e Mestres de Escolas Municipais e Estaduais. Ofício nº 299/12, de 13/08/12, do Ministério da Cultura, informando a liberação de recursos em favor da Secretaria Estadual de Cultura de Roraima. Ofício nº 1493/12, de 13/

08/12, da Caixa Econômica Federal, informando Créditos de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União. Ofício Circular nº 294/12, de 16/08/12, da UNALE, solicitando representantes da Comissão da Juventude. Ofício nº 260/12, de 13/08/12, da Caixa Econômica Federal, solicitando autorização de ingresso em terra indígena. Ofício nº 1528/12, de 13/08/12, da Caixa Econômica Federal, informando Créditos de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União. Ofício nº 162/12, de 22/08/12, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima, encaminhado Jornal Interno do INMETRO, referente ao mês de julho. Ofício nº 013/12, de 27/08/12, do SINTER, informando a decisão de entrar em greve, por tempo indeterminado, a partir do dia 10/09/12, com uma paralisação no dia 30/08/12. Ofício nº 00304/12, de 22/08/12, do Senador Magno Malta, solicitando parecer e considerações acerca da PLS 236/12, em trâmite no Senado Federal, que propõe a reforma do Código Penal Brasileiro. GRANDE EXPEDIENTE: O Senhor Deputado George Melo iniciou dando boas vindas a todos os presentes. Em seguida, fazendo uma retrospectiva da sua vida profissional, lembrou que começou como contador e, no ano de dois mil, entrou na política, como vereador, onde permaneceu por dez anos, ressaltando que sempre foi muito atuante no propósito de melhor atender o Município no que se refere aos investimentos, como a aplicação dos seus recursos. Continuando, destacou que, após esse período, e de ter tentado, por duas vezes, sem sucesso, o mandato de Deputado Estadual, em dois mil e dez, elegeu-se Deputado Estadual, tendo, em seguida, que se afastar desta Casa, por um ano e meio, por determinação judicial, mas sempre buscando seus direitos para que fosse reconduzido a este Poder, ressaltando que, durante o período procurou trabalhar nas suas propostas, com o objetivo de fazer um grande trabalho, juntamente com os demais Deputados, em prol do Estado. Após, agradeceu a seus advogados pelo brilhante trabalho realizado para sua recondução a esta Casa. Finalizou enfatizando que a Assembleia é a Casa de discussões onde se ouve os dois lados, sempre na busca do entendimento e da realização de um bom trabalho por Roraima. O Senhor Deputado Flamarion Portela, inicialmente, deu boas-vindas aos alunos da Escola Objetivo, bem como, aos trabalhadores da área de saúde, presentes no Plenário, destacando a satisfação em recebê-los nesta Casa e colocando o Poder à disposição. Continuando, referiu-se, mais uma vez, ao baixo clero, indagando quem seriam os Deputados de baixo clero: Filhos bastardos de eleições ilegítimas que exercem seus mandatos a títulos precários, que compõem uma multidão sem cara que não decide coisa alguma? Seriam aqueles cujas ideias não se conhece, a voz não se ouve, a opinião não se colhe, os projetos não vingam, cuja vontade está submetida à coerção que emana do regimento das lideranças, das secretarias ou do Governo do Estado?; e ponderou que a Assembleia Legislativa dispõe de um extraordinário poder que se esvazia e se fragmenta na sua própria omissão. Dando continuidade, questionou a legalidade da posse do Senhor George Melo no cargo de Deputado Estadual, ressaltando que, na peça protocolada nesta Casa, no último dia 21, não consta a ordem para a sua posse. Prosseguindo, apresentou uma declaração da Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de que não havia nenhuma ordem do Poder Judiciário para dar posse ao Senhor George Melo; bem como, uma certidão emitida pela Secretaria Judiciária do Tribunal Eleitoral, no último dia 22, certificando que, em decorrência do agravo regimental imposto por Francisco Evangelista de Araújo, os autos do processo encontravam-se em vistas ao Ministério Público Eleitoral, para ciência do despacho, desde 09/08/12; e, ainda, o Parecer Jurídico desta Casa, sugerindo aguardar a comunicação a este Poder sobre a decisão a ser tomada, para que se verificasse o transcurso dos prazos e possibilitasse a concessão de vistas ao Senhor Deputado Sargento Damosiel dos documentos recebidos do TSE, num prazo razoável, para que ele pudesse se manifestar, direito assegurado pela Resolução 04/11, aprovada nesta Casa, que dispõe sobre os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa do devido processo legal. Em seguida, apresentou a Ata de posse do Senhor Deputado George Melo, denunciando que, no local onde deveria ter a assinatura do Senhor Deputado Remídio Monai, segundo o Senhor Deputado, ausente à Sessão, constava a assinatura de outro Parlamentar. Após, referindo-se à alegação da Senhora Presidente em exercício, Deputada Aurelina Medeiros, de ter sido pressionada a dar posse ao Senhor George Melo, ressaltou que esta Casa não deve agir por pressão, mas por obediência ao Regimento Interno. Continuando, citou uma frase do ex-Deputado Federal Ulisses Guimarães, no ato da promulgação da Constituição Federal de 1988: "Divergir é possível; discordar é aceitável; desrespeitar, jamais". Prosseguindo, disse que gostaria de ver essa

mesma agilidade em prol deste Poder, lembrando que, há 3 meses, esta Casa recebe o duodécimo parcelado, não conseguiu pagar o décimo terceiro salário e, ao invés de cobrar do Executivo, silencia. Finalizando, chamou a atenção para o fato de que, no mesmo processo do Senhor Deputado George Melo, está envolvido o Deputado Federal Chico das Verduras, e, até o último dia 27, a Câmara Federal ainda não havia recebido o comunicado do TSE, ressaltando não ter nada contra o Parlamentar, mas à postura Casa, que, em sua opinião, agiu desrespeitando o Regimento Interno. O Senhor Deputado Mecias de Jesus iniciou seu pronunciamento agradecendo a presença dos alunos do Centro Educacional Objetivo Macunaima. Após, reportando-se aos profissionais da área da saúde, prestou seu apoio e solidariedade à classe, sugerindo que o grupo se mantenha unido, porque só assim podem atingir seus objetivos, uma vez que, em sua opinião, os Governadores tratam as pessoas de acordo com o seu poder de pressão. Continuando, criticou o fato de que, todos os meses, chega à Assembleia Legislativa Plano de Cargos e Salários de uma determinada classe, mas nunca veio um plano de cargos e carreiras digno para todos os servidores públicos, ressaltando que, enquanto não se fizer justiça para todos, a oposição não vai votar favorável a nenhum plano. Em seguida, referindo-se à proposta para a classe de saúde que prevê aumento de cento e cinquenta por cento para os médicos, destacou que o percentual deve ser dado a todos os servidores da saúde, já que um profissional depende do outro para executar o seu serviço, não sendo justo o aumento diferenciado. Em seguida, comentando a posse do Senhor Deputado George Melo, afirmou não ter nada contra ele, questionando, porém, o fato de que, em outros tempos, a Assembleia Legislativa recebeu uma determinação do Tribunal para dar posse imediata ao Senhor Deputado Sargento Damosiel e a Mesa Diretora se negou a cumprir, vindo a atendê-lo somente vários dias após o recebimento. Prosseguindo, reportou-se à Constituição Estadual e ao Regimento Interno, que dão direito ao Parlamentar de, mesmo quando cassado, se defender na Casa, destacando que, agora, essa norma só vale para os Deputados de situação, pois os de oposição são sumariamente expulsos. Após, enfatizou que um Deputado só pode ser cassado por processo disciplinar da Casa ou por ordem do Tribunal Regional Eleitoral ou Tribunal Superior Eleitoral, ressaltando não haver nenhum processo dessa natureza tramitando na Casa. Finalizou afirmando que o Senhor George Melo só será reconhecido como Deputado legítimo após a chegada de documento do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral comunicando a decisão. O Senhor Deputado Soldado Sampaio iniciou reportando-se à segurança pública do Estado, destacando que, a exemplo da educação e da saúde, vai de mal a pior, uma vez que as viaturas não estão dispondo nem de combustível. Após, dirigindo-se aos trabalhadores da saúde presentes em plenário, ressaltou que cabe a esses servidores se organizarem sindicalmente e elegerem um legítimo representante nesta Casa, afirmando ser inadmissível que um funcionário público troque o seu voto por um cargo comissionado ou uma bolsa universitária. Prosseguindo, alertou para o fato de que, se não se organizarem, o Projeto da Saúde será aprovado por esta Casa, sem ser discutido com a categoria, a exemplo do Projeto de terceirização do pátio do DETRAN e de guarda de veículos, que foi bastante criticado pela oposição, contudo, durante o recesso, foi aprovado, em sessão extraordinária, destacando que já se sabia, inclusive, quem ganharia a licitação. Dando continuidade, afirmou que, se os Policiais Civis não tivessem praticamente acampado nesta Casa, em defesa de seus interesses, o Projeto de Lei de Reestruturação do Plano de Cargos e Salários da Polícia Civil teria sido aprovado, beneficiando apenas trinta e seis delegados. Em seguida, lembrou que há servidores na saúde ganhando menos de um salário mínimo, apesar de o orçamento dispor de cento e cinquenta milhões a mais do que no ano passado, reafirmando que, se os trabalhadores não fortalecerem suas entidades de classe e não fizerem uma escala de revezamento para acompanhar a discussão do projeto nesta Casa, corre o risco de ele ser votado numa sessão extraordinária, no finalzinho da tarde, como ocorreu, segundo o Senhor Deputado, com a posse do Senhor Deputado George Melo. Finalizou entregando à Mesa Diretora uma carta de uma comissão que representa a categoria e que se sente incluída no baixo clero, dentro da saúde. O Senhor Deputado Erci de Moraes iniciou afirmando que toda matéria em tramitação neste Poder deve ser tratada como prioridade, uma vez que esta Casa precisa dar bons exemplos à sociedade, no intuito de promover sua interação com o Parlamento. Em seguida, deu conhecimento de que dados de pesquisas solicitadas pela Assembleia Legislativa apontam a queda do índice de aceitação do Poder Legislativo pela sociedade roraimense, o que, em sua opinião,

demonstra a existência de equívocos com relação à atuação do Poder Legislativo, ressaltando a importância de uma análise interna da Casa, visando dirimir essa rejeição. Dando continuidade, chamou a atenção dos seus Pares, bem como, da Bancada Federal e de toda a sociedade roraimense, para que analisem a Medida Provisória apresentada pela Presidente da República, no Congresso Nacional, que altera a definição de veredas, impondo maiores limites para exploração dos lavrados do Estado. Segundo o Senhor Parlamentar, a aprovação dessa Medida inviabiliza o disposto no novo Código Florestal, aprovado pelo Congresso Nacional, que beneficiaria o Estado, permitindo a ocupação de até cinquenta por cento das áreas a serem desmatadas, reduzindo para cerca de vinte por cento essa exploração, uma vez que grande parte do território é formado por veredas. Finalizando, chamou a atenção para a importância da atuação de todos os Parlamentares da Casa, sugerindo uma soma de ações para que a Assembleia Legislativa não passe por omissão diante dos problemas que afligem a sociedade roraimense. O Senhor Deputado Coronel Chagas iniciou seu pronunciamento referindo-se à retirada de dez garimpeiros que estavam isolados na região da cabeceira do Alto Apiaú, em terra indígena Yanomami, os quais, após a operação que apreendeu aeronaves, pilotos e empresários do garimpo, ficaram desassistidos e sem a logística necessária para trabalhar, para se alimentar e, até mesmo, para sair daquela região. Finalizando, agradeceu aos órgãos que deram total apoio dado a essa ação humanitária de resgate desses trabalhadores, citando o Governo do Estado, o Exército, a Mesa Diretora desta Casa, o Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, o 7º BIS e o Comando de Operações do Comando Militar da Amazônia. O Senhor Deputado Jalser Renier, discordando do posicionamento dos Senhores Deputados Flamarion Portela e Mecias de Jesus com relação à posse do Senhor Deputado George Melo, foi enfático ao afirmar que a Assembleia cumpriu com o seu papel, pois, já que o Tribunal Superior Eleitoral decidiu, pela maioria de votos, tornar nulas as provas contra o referido parlamentar, seu retorno às suas funções neste Poder seria automático. Prosseguindo, informou que o Senhor Deputado George Melo, naquele momento, apresentou um requerimento à Casa, que foi lido pela Primeira Secretária, requerendo a sua posse, por meios legais e por força do Regimento, no seu artigo 23, lembrando que o mesmo artigo diz que não precisa de quorum qualificado para se dar posse a Deputado e que o ato da posse pode ser proferida, monocraticamente, pelo próprio Presidente da Casa ao Parlamentar, com o juramento de posse. Na opinião do Senhor Deputado, o Tribunal Regional Eleitoral não precisaria ser notificado da vacância de cargo, pois o Senhor George Melo simplesmente deveria retornar às suas funções como Deputado Estadual. Dando continuidade, lembrou que, em dois mil e dois, foi afastado das suas funções de Parlamentar pelo Tribunal Regional Eleitoral e, em seguida, o Governador do Estado à época, Flamarion Portela, e, mesmo sem a publicação do acórdão, o então Presidente da Casa, Deputado Mecias de Jesus, empossou o Deputado Urzeni Rocha nesta Casa e Ottomar de Sousa Pinto no Governo do Estado, ressaltando que o Poder é soberano e que as decisões tomadas por ele são baseadas na Constituição Estadual e no seu Regimento. Após, reportando-se aos servidores da saúde, comprometeu-se a não votar nenhum projeto ligado ao comando geral daquela secretaria sem uma ampla discussão com todas as classes da categoria. Finalizando, afirmou que, ao contrário do Senhor Deputado Remídio Monai, sua intenção, enquanto Mesa Diretora, é respeitar todos os Parlamentares, ressaltando que não se envergonha de nenhuma decisão proferida monocraticamente, quando ela vem respaldada pelo Regimento da Casa. A Senhora Deputada Aurelina Medeiros, inicialmente, saudou a todos os presentes e, reportando-se aos servidores da saúde, afirmou que em nenhum momento foi cogitada a possibilidade de colocar em votação o Projeto da Saúde, inclusive porque a matéria ainda nem foi distribuída aos gabinetes. Continuando, salientou que jamais foi aprovado qualquer projeto sem uma prévia discussão com as categorias envolvidas, destacando que não seria diferente com a saúde. Após, referindo-se à posse do Senhor Deputado George Melo, informou que a solenidade ocorreu às quinze horas e trinta minutos, com a Sessão aberta, mas muitos Deputados não estavam presentes no momento. De acordo com a Senhora Parlamentar, o ato da posse não precisava da vacância, porque o Senhor George Melo já era Deputado e havia sido afastado por uma decisão do Tribunal Regional Eleitoral, tendo retornado ao Poder quando o recurso foi anulado pelo Supremo Tribunal Eleitoral, cabendo à Mesa da Casa dar posse. Em seguida, argumentou que o direito à ampla defesa assegurado pela Constituição não significa que deve ser criado um processo na Casa para julgar se o Deputado é

inocente ou não, pois quem decide isso é a justiça, em sua opinião, a ampla defesa se refere a comunicar ao Deputado, destacando que o Senhor Deputado Sargento Damosiel estava presente, com o seu advogado. Prosseguindo, destacou que não é da sua índole cometer injustiças ou agir para privilegiar alguém, de modo que, se o Sargento Damosiel considerou que o seu direito foi ferido, deve recorrer da decisão e, se houver uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral contra o Senhor Deputado George Melo, com certeza, a posse será feita, da mesma forma. Finalizando, lembrou que, pela sua condição de Vice-Presidente da Mesa, regimentalmente, é quem deve assumir a Presidência, na ausência do Presidente, não necessitando de autorização para tomar qualquer decisão, pois todo ato é tomado dentro do que preceitua o Regimento Interno, destacando que, com relação à posse do Senhor Deputado George Melo, a decisão foi da Mesa, e salientou que, diante de tanto tumulto, quem perde a credibilidade é a Assembleia Legislativa. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia a discussão e votação, em turno único, da Mensagem Governamental nº 026/12, de Veto total ao Projeto de Lei nº 047/11, que “Institui o Dia do Militar, do Policial Inativo e Pensionista e dá outras providências”, de autoria do Deputado Soldado Sampaio; do Projeto de Lei nº 076/11, que “Obriga o Governo do Estado a divulgar os valores dos recursos repassados mensalmente aos municípios roraimenses pela SEFAZ, bem como, por outras secretarias”, de autoria do Deputado Brito Bezerra; do Projeto de Lei nº 081/11, que “Institui o Dia do Radialista, no âmbito Estadual”, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros; do Projeto de Lei nº 009/12, que “Assegura ao consumidor o direito de saber, antes, durante a negociação e depois da compra, o valor dos impostos embutidos no preço do produto ou do serviço”, de autoria do Deputado Brito Bezerra; do Projeto de Resolução Legislativa nº 008/12, que “Dispõe sobre a denominação do coral da Assembleia Legislativa de Roraima”, de autoria da Mesa Diretora; Requerimento de Pedido de Informação nº 008/12 ao Poder Executivo para que preste as seguintes informações: Se o Executivo está recolhendo os encargos previdenciário patronais dos servidores estaduais; se existe alguma categoria de servidores que tem o valor recolhido referente aos encargos patronais que não é repassado ao IPERR; se existe regularidade do recolhimento e repasso dos 14% referente a parte patronal sobre a remuneração dos servidores efetivos da Secretaria de Estado da Saúde. Requerimento de Pedido de informação nº 009/12 à Excelentíssima Senhora Secretária de Educação solicitando as seguintes informações: Quais as empresas que atualmente prestam serviços de transporte escolar à referida secretaria; quais números e publicações dos contratos, a vigência dos mesmos, os valores pagos, se foram licitados ou não; qual modelo de veículos usados no transporte escolar e qual a placa dos mesmos e as respectivas rotas; qual a distribuição do quantitativo dos referidos veículos empregados em transporte escolar por município e por alunos atendidos. Requerimento de Pedido de Informação nº 010/12 ao Excelentíssimo Senhor Diretor-Presidente do IPERR solicitando as seguintes informações: Em cada instituição que tenha recursos aplicados sob a responsabilidade do IPERR, qual o atual valor investido por modalidade de investimento e qual o rendimento nos últimos doze meses e do Requerimento de Pedido de informação nº 011/12 à Senhora Secretária de Estado de Gestão Estratégica e Administração, solicitando as seguintes informações: cópia da relação dos servidores comissionados do Estado ativos na folha de julho de 2012; planilha da relação dos servidores comissionados do Estado ativos na folha de janeiro a julho de 2012, todos de autoria do Deputado Soldado Sampaio. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, para reunião das Comissões Permanentes da Casa. Às quinze horas, o Senhor Presidente reabriu a Sessão, solicitando ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Mensagem Governamental de Veto nº 026/12, juntamente com o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final. Colocado em discussão e votação secreta, o veto Governamental foi mantido, com nove votos favoráveis, oito contrários e nenhuma abstenção. Continuando, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 076/11. Colocado em discussão e votação, o projeto foi rejeitado, com nove votos contrários, seis favoráveis e nenhuma abstenção. Após, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 081/11. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado, com quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Em seguida, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 009/12. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado, com quinze votos

favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Resolução Legislativa nº 008/12. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado, com quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Dando continuidade, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura dos Requerimentos de Pedido de Informação nºs 008, 009, 010 e 011/12, de autoria do Senhor Deputado Soldado Sampaio. Colocados em discussão e votação simbólica, os Requerimentos foram aprovados. Em seguida, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Resolução nº 013/12, que cria Comissão Especial Externa para analisar e emitir parecer ao Projeto de Lei nº 036/12, que “Institui a gratificação de atividade médica e os cargos de cirurgião-dentista e suas diversas especialidades e dá outras providências”, constituída pelos Deputados Angela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Joaquim Ruiz, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio. Continuando, comunicou aos sindicalistas e membros da comissão que estava sendo distribuído, juntamente com o Projeto, o Ofício nº 020, da Comissão PCCR/SESAU. Após, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Resolução nº 14, que cria Comissão Especial Externa para analisar e emitir parecer ao Projeto de Lei nº 039/12, que “Autoriza o Poder Executivo Estadual a contratar operação de crédito interna, junto ao BNDS, tendo como agente financeiro o Banco Central do Brasil S/A, no âmbito do programa PROINVESTE, e a oferecer garantias”, constituída pelos Deputados Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Flamarion Portela, Jalsen Renier, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael e Naldo da Loteria. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado Soldado Sampaio, referindo-se aos seus Requerimentos de Pedido de Informação aprovados, disse esperar que o Governo do Estado não faça o mesmo que fez com os outros Requerimentos que foram aprovados por esta Casa, mas as informações não foram prestadas, ressaltando estar acionando na justiça o Secretário de Saúde por não atender um Requerimento seu pedindo os contratos dos últimos dois anos. O Senhor Deputado Brito Bezerra ressaltou que, apesar de não fazer parte da Comissão Especial criada para discutir os problemas dos profissionais de saúde, dará a sua contribuição, no sentido de agilizar as reuniões necessárias para um consenso no PCCR. O Senhor Deputado Marcelo Natanael parabenizou os Senhores Deputados Soldado Sampaio e Flamarion Portela pelos seus discursos, ratificando seus posicionamento com relação ao Projeto dos profissionais da saúde. Na opinião do Senhor Parlamentar, as coisas só funcionam sob pressão, tomando como exemplo o Estado do Amazonas, onde os servidores da saúde solicitaram ao Governo aumento de salário e, como suas reivindicações não foram atendidas, optaram por demissão em massa, de modo que, imediatamente, o Governador ouviu a classe médica. Prosseguindo, aconselhou os profissionais de Roraima a agirem da mesma forma, fazendo suas reivindicações na base da pressão, pois, com certeza, não é interesse do Governador que o Estado pare. Finalizou ressaltando que não é apenas a categoria da saúde que está com problemas, mas também a classe dos professores, que está na iminência de outra greve, por falta de apoio do Governo deste Estado. O Senhor Deputado Jalsen Renier justificou seu voto contrário aos pedidos de informação do Senhor Deputado Soldado Sampaio. Em seguida, informou que todos os Deputados ausentes que não estão de Resolução terão os descontos em seus vencimentos, conforme Resolução aprovada por esta Casa, delegada pela Mesa Diretora. O Senhor Presidente informou ao Senhor Deputado Jalsen Renier que a sua justificativa para a votação dos Requerimentos de Pedido de Informação do Senhor Deputado Soldado Sampaio é matéria preclusa. Em seguida, informou que, dos Deputados ausentes, o único de Resolução era o Deputado Joaquim Ruiz, portanto, os demais faltosos teriam desconto nos vencimentos. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 04 de setembro, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Angela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jalsen Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 04/09/12

ATAS PLENÁRIO-EXTRAORDINÁRIA
ATA DA QUINGENTÉSIMA NONAGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia três de julho de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a quingentésima nonagésima quarta Sessão Extraordinária do quadragésimo terceiro Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, Deputado **Chico Guerra**, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Jalser Renier**, proceder à leitura de Requerimento, assinado pela maioria absoluta dos Senhores Deputados, requerendo a realização de Sessão Extraordinária no dia 03 de julho do corrente, às dezesseis horas e trinta minutos, para discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Resolução Legislativa nº 011/11, que “Altera dispositivos normativos e acresce o artigo 113-A e parágrafos ao Regimento Interno e dá outras providências”; do Projeto de Lei Complementar nº 004/12, que “Dispõe sobre a Reestruturação do Programa Bolsa Universitária, de que trata o artigo 151, parágrafo único, da Constituição do Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; e do Projeto de Lei Complementar nº 008/12, que “Dispõe sobre alterações nas Leis Complementares nºs 55, de 31 de dezembro de 2001, e 131, de 08 de abril de 2008, nos dispositivos que menciona; e revoga a Lei Complementar nº 98, de 09 de março de 2006, de autoria Governamental; e, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 006/12, que “Aprova a indicação para ocupar o cargo de Reitor da Fundação Universidade Virtual de Roraima – UNIVIRR, nos termos dos artigos 269 e 271 do Regimento Interno, o nome do Senhor Raimundo Nonato Carneiro de Mesquita”. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. Prosseguindo, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Remídio Monai**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Após, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Resolução Legislativa nº 011/11. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado em segundo turno. Em seguida, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 004/12. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado em segundo turno. Continuando, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 006/10, bem como, do parecer da Comissão Especial. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado. Em seguida, o Senhor Presidente informou aos Senhores Deputados que o Projeto de Lei Complementar nº 008/12, encontra-se tramitando nas Comissões e deverá entrar na pauta no mês de agosto. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Angela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silva, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 04/09/12

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA
**ATA DA 2099ª SESSÃO, EM 21 DE MARÇO DE 2012.
 43º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**

=ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DA SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

(Em exercício)

Às nove horas do dia vinte e um de março de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima nonagésima nona Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Convido o Senhor Deputado Brito Bezerra para atuar como Segundo Secretário ad hoc.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Jalser Renier) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação.

A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Indicação s/nº, de autoria do Deputado Gabriel Picanço, a Secretária de Estado de educação, Cultura e Desportos, solicitando “Reforma e Restauração da Casa da Cultura”, na Avenida Jaime Brasil, centro, do ex Território Federal do Rio Branco.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

EXTERNOS:

Ofício Gab/003/2012, de 13/02/12, o Deputado Eber Machado da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, solicitando uma audiência no dia 26/03/12, que estará em visita ao Estado.

Ofício Circ. n.º 009/12, de 13/03/12, da Secretaria de Estado da Educação Cultura e Desporto, informando o Resultado do IDEB das Escolas da Rede Estadual de Ensino.

Ofício nº 81/2012/GP-UNALE, de 16/03/12, da União Nacional dos Legisladores Legislativos Estaduais, comunicando a visita e essa Casa Legislativa no dia 21/03/12, para divulgação da XVI Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) - Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, não há Oradores inscritos no Grande Expediente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Neste momento, transformaremos a Sessão Plenária em Comissão Geral, nos termos do artigo 163 do Regimento Interno deste Poder, atendendo ao Requerimento nº 006/2012, aprovado na Sessão Plenária do dia 20 do corrente, momento em que esta Casa receberá o Presidente da UNALE, Deputado José Luís Schafer - TCHÊ, acompanhado do Diretor Geral da UNALE, Sr. Lauri Gisch e do Professor Silvio Teitelbaum. Solicito ao Deputado Mecias de Jesus que conduza o Deputado José Luís Schafer – Tchê, à Mesa dos trabalhos. Solicito ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio que conduza à Mesa o Senhor Lauri Gisch e o Professor Sílvio Teitelbaum.

Neste momento fará uso da palavra o Senhor Deputado José Luís Schafer – Tchê.

O Senhor Deputado José Luís Schafer – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Em primeiro lugar, quero agradecer a todos e dizer que venho a esta Casa honrar um compromisso assumido na nossa posse em Florianópolis no ano passado. É a primeira vez que estou neste Estado, Senhor Presidente, um Estado que tinha a curiosidade de conhecer, haja vista a propaganda feita pelo Deputado Erci de Moraes e o convite do Deputado Mecias e de tantos outros que estão dando e deram uma contribuição importante a nossa entidade que é a UNALE. Criamos uma agenda extensa para discutirmos vários assuntos e, quando assumimos a nossa entidade, dizíamos que a UNALE era uma árvore que precisava dar frutos. Entendemos que nós, Deputados Estaduais, teríamos que fazer a política e a administração da entidade, diferenciadas. Aprovamos um Conselho Gestor e a UNALE, hoje, está sendo administrada por ele, o que nos deu a oportunidade de discutir política juntamente com o Congresso, através dessas visitas que estamos fazendo às Assembleias Legislativas.

Em agosto do ano passado, na cidade de Curitiba – Paraná, instituímos uma Comissão, presidida pela Deputada Aspásia Camargo, sobre o Pacto Federativo, e entendemos que essa discussão nós deveríamos levar adiante, haja vista que em XV conferências discutimos o Pacto Federativo dentro da entidade. Fomos ao Congresso Nacional, entregamos nossa carta, mas ela não fluiu, não deu frutos. O que a diretoria entendeu? Que nós deveríamos contratar técnicos e que esses teriam de fazer o trabalho, e nós fazermos a política. Por isso, contratamos o professor Sílvio Teitelbaum que tem um currículo invejável e que tem dado uma grande contribuição na questão do pacto

Federativo. E, há vinte dias, ao visitarmos o Presidente do Senado, Senador José Sarney, e discutirmos sobre a questão do Pacto Federativo, ele nos disse que iria nomear uma Comissão de notáveis para rediscutir o referido Pacto. E para a nossa surpresa, agora, no fim de semana, ele nomeou esta Comissão de notáveis tendo na Presidência o ex-Ministro Nelson Jobim. E nós, acreanos, temos o Adib Jatene que também é acreano, nesta Comissão. Acho que este é o momento, o momento tão esperado de discutirmos aquilo que já havíamos discutido nos bastidores, dívidas dos Estados, o Poder de Legislar dos Deputados Estaduais, a questão da PEC 29 que foi aprovada, não como gostaríamos que fosse, mas foi. Tenho dito, às vezes, qual é o Governo do Estado que não quer dar um bom salário para os seus servidores? Qual é o Governo do Estado que não quer melhorar a saúde, a educação? E aqui nós temos um ex-Governador como Deputado Estadual e que sabe disso, que tudo o que precisarmos, todo investimento que quisermos fazer, acabamos com os pires nas mãos indo para a União pedir recursos. No ano passado, a União arrecadou 1,5 trilhões de reais de impostos e repassou para os Estados e Municípios um terço desse valor. Automaticamente, nós ficamos novamente com o pires na mão para poder fazer qualquer tipo de investimento. Quando rediscutimos a questão das dívidas dos Estados em 97, 98, essas dívidas dos Estados brasileiros da União geravam em torno de 93 bilhões de reais. Hoje, essa dívida chega a mais de 400 bilhões de reais. Aí, nessa Comissão, instituímos três pontos que achávamos extremamente interessantes, primeiro, rediscutir os juros. Por que rediscutir os juros? Porque há Estados que ainda são uma federação. Essas dívidas não foram negociadas com taxas de juros iguais para todos, com cada Estado foi negociado diferente. Há Estado que está pagando 6% ao ano, enquanto outro paga 7%, 7,5, 8, 9. Enfim, quando chegamos a esses valores, nós concluímos que o BNDES está emprestando dinheiro a juros de 2,4%. Isso quer dizer que estamos pagando juros maiores ainda, e esse não é o papel da União. Então, queremos rediscutir esses juros de que forma? Negociando para que esses juros voltem à casa de 2,4%.

Segundo ponto; Por que nós temos que pagar para União? Por que aqui não se discuti um plano de investimento para o Estado de Roraima com os Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais, com o Governo, ao invés de repassarmos dinheiro para a União? Será interessante que o dinheiro ficasse no Estado, e que a União fiscalizasse os investimentos, porque como todos sabem, quando o FPE é repassado, é descontado o valor da parcela. Se o valor da parcela é repassado por que temos que pagar juros de 6, 7, 8% se porca não existe, você desconta na fonte.

O terceiro ponto, que acho extremamente importante, é que nós estamos pedindo anistia da dívida, principalmente dos Estados do Acre, Roraima e Amapá. Nós que viemos de território, temos sérios problemas. O Estado do Acre tem 85% de sua área de floresta; Roraima tem a questão da Raposa/Serra do Sol, quantos por cento de área, qual a compensação que temos com isso. O nosso povo quer emprego, quer trabalhar, nosso povo é ordeiro, nós precisamos sim, rediscutir. Por que estou questionando esta questão da anistia? Porque o Presidente Lula, em 2006, deixou dívidas no valor de dois bilhões de dólares para países como Gabão, Bolívia, África e tantos outros, porque nós, dos Estados que foram território, que lutamos para virar Estados, nós podemos ter uma anistia dessas dívidas. Diante disso, nós vimos discutindo, graças a Deus, estas questões das dívidas dos Estados e, eu gostaria de fazer um convite para no dia 16 de abril, no meu Estado, Acre, discutirmos a dívida da Região Norte. Nós fizemos um trabalho junto ao colegiado de Presidentes, discutimos em Belo Horizonte, vamos discutir no Acre, depois no Espírito Santo, regionalizando para podermos levar para nossa conferência no dia 30, 31 de maio e 01 de junho a discussão do Pacto Federativo, convidando, inclusive, o Presidente da Comissão, Nelson Jobim, haja vista que a UNALE tem um estudo muito avançado sobre toda essa questão do Pacto.

Então, vamos assistir a palestra do professor Sílvio e depois faremos o debate.

Quero agradecer-los desde já pela recepção e dizer que, para mim, é um prazer enorme está aqui no Estado de Roraima. Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) - Neste momento fará o uso da palavra o Professor Sílvio Feitelbaum, que proferirá a palestra com o tema Equilíbrio Federativo .

O Senhor Professor Sílvio Feitelbaum – Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa, Deputado Chico Guerra, Excelentíssimos Senhores Deputados e Deputadas, senhores e senhoras no Plenário, colegas da imprensa, muito bom-dia.

É com muita satisfação que chego nesta Casa, a convite do Presidente da UNALE, Deputado Luiz Tchê, e gostaria de agradecer

mais uma vez ao colega Lauri, da UNALE, pela oportunidade de estar trabalhando junto com ele que é o nosso Líder do Processo do Comitê de Gestor do Equilíbrio Federativo.

Antes de começar a falar, peço que rodem um vídeo para que eu possa ilustrar melhor as palavras, sobre um evento elaborado pela UNALE, em relação ao Pacto Federativo, em primeira mão na Região Norte do Brasil. (exibição de vídeo).

O nosso trabalho tem um norteador, uma filosofia, um olhar não a superfície do problema, as consequências, mas direcionado a tentar entender as causas. Nós usamos uma metáfora, que em sala de aula muitas vezes se usa, em relação à queda do império romano. Muitas pessoas acreditam que ele caiu pelo despotismo, pelo luxo, pela decadência moral dos mais altos escalões, porém numa análise mais detalhada e menos superficial foi diagnosticado, por exemplo: contradição profunda na estrutura econômica desse império, entre a economia rural, baseada na escravidão, e um mercado urbano ligado ao comércio internacional, ou seja, dois modelos distintos de economia que começaram a brigar e enfraqueceram o império romano.

(vídeo e comentário) A causa da queda do Império Romano foi essa falta de articulação consistente do não livre trabalho nas propriedades rurais, ou seja, projetado para subsistência do dono, e da livre divisão do trabalho regulada pelo regime de troca do mercado urbano, que as contradições do modelo, não resistiu. O que queremos dizer com isso? Nós temos, hoje, um programa no Brasil, que demonstra evoluções fantásticas na questão da saúde pública, ou da renda mínima, mas em contrapartida, estamos parados na infraestrutura. Ontem, eu tive contato com a revista HARVEST BUSINESS REVEL, uma revista mais técnica que existe sobre gestão, que discute nada mais nada menos de que a reinvenção dos Estados Unidos e a crise Norte Americana. Eu comentava aqui, com o pessoal do jornalismo, nas prévias, porque o jornalismo está mal hoje. Um dos grandes motivos, naturalmente, é a dívida interna pública. E, o grande segredo que eles estão tentando descobrir, é o segredo da competitividade. Estão chegando a conclusão que a competitividade não é apenas praticar salários melhores, ela depende da produtividade, a longo prazo do valor dos bens e serviços produzidos na unidade de recursos. Se olharmos a queda do Império Americano, ela tem as mesmas raízes, da falta de valor dos produtos à inconsistência dos modelos. Os Estados Unidos exportaram toda sua produção, viraram um país de serviços, afundaram-se numa questão previdenciária, na dívida interna pública dos Estados, ficaram sem capacidade de renda e competitividade, os salários despencaram nos últimos anos 40%, desde 1980 pra cá. Tenho receio, como brasileiro, que uma simples modificação macroeconômica nos Estados Unidos ou na própria Europa venha funcionar como processo avassalador na economia dos países emergentes, porque o que vimos hoje aqui, além de tudo, é uma artificialidade cambial de um real que está super valorizado com relação às moedas internacionais. Na medida que o real subir para o seu patamar de dólar 1.85 a 1.90, as importações ficam completamente prejudicadas. A nossa indústria vem arfando, nos últimos anos, sofrendo tanto com a carga tributária, o que pode tornar o Brasil menos competitivo. E aí que se agrava a questão da dívida pública dos Estados, porque, por enquanto, temos arrecadação de 1,3, 1,5 trilhões de reais face à movimentação da economia. De certa forma, a União está conseguindo pendular seus compromissos. Na medida que tivermos as alterações subsistentes na economia mundial, esta relação de dívida interna dos Estados pode se tornar mais grave. Então, nunca foi tão importante, tão dispensável e tão fundamental a busca do equilíbrio federativo, como muito bem frisou o Presidente, Deputado Luiz Tchê, quando ele disse: como é que podemos buscar? O dinheiro não se fabrica, alguns andaram fabricando dinheiro na casa da moeda, mas não é o caso, o dinheiro se fabrica através da transação de valores, bens. Como é que os Estados podem, devem e precisam ser parceiros e receber a contrapartida da União? A partir das obras de investimentos necessárias que existem em nosso Brasil. Nós tínhamos o antigo programa Brasil em Ação do Governo Fernando Henrique. Hoje, temos o Programa de Aceleração do Crescimento, e nenhum desses programas pode ser criticado na sua questão técnica, operacional e estrutural, porém, ambos os movimentos se tornam completamente inviáveis por ausência de recursos. E de onde podem vir esses recursos? Ao invés dos recursos saírem dos Estados para a União, eles permanecesse nos Estados para que haja uma gestão compartilhada dessas obras do pacto e de outros projetos, os Estados e a União saem vencedores do processo. Enfim, por conseguinte, o cidadão brasileiro também sai. Isso é pensar estrategicamente, despolitizadamente, tirando matizes biológicas de qualquer um dos processos. Nós

precisamos de obras de infraestrutura, de investimentos em educação, saúde e segurança. O Governo Federal arrecada, os Estados devem para o Governo Federal, ao invés de pagarem as dívidas nominalmente e conseguirem construir essa permuta através de obras.

Gostaria de passar dois vídeos. A nossa dívida consolidada, hoje, é de 428 bilhões de reais.

(Vídeo)

A dívida apropriada do Estado de Roraima pelo Banco Central, no último cálculo de empréstimos eventuais a organismo não público, é de 1.3 bilhões de reais. Esse número é muito sugestível, porque é exatamente o número que o Governo Federal está usando para financiar, através do BNDES, com juros de 4% ao ano, em 40 anos, um porto em Havana. Em Cuba é necessário que o BNDES faça negócio fora, afinal de contas é um banco, está fazendo um porto a 40km de Havana, no valor de 1.3 bilhões, exatamente no mesmo valor da dívida do Estado para com a União. Então, ou usarmos um procedimento via BNDES, com juros de 4% ao ano, ou buscamos contrapartidas. São pequenos exemplos como o dessa dívida que pode ser substituída com dinheiro aparecendo. Acho que não cabe revisar dívida, não cabe fazer auditoria, fazer moratória, isso em minha opinião, porque vai travancar politicamente o processo. O melhor é consolidar os números que existem e transferi-los para ações construtivas na sociedade. Sou da área técnica, professor do Instituto Brasileiro de Gestão e Negócio no Sul, na Fundação Getúlio Vargas, e sei que sempre que começarmos a discutir filosoficamente parâmetro e ideologia, nós não vamos andar. Os Estados Unidos hoje param, e eu gosto muito de fazer essa comparação, pois é um império, de certa forma, 25 vezes maior que o Brasil, é considerado em declínio, estão parando por questões jurídicas. O que são questões jurídicas? A complexidade da lei está aumentando, eles tinham meia dúzia de leis há pouco tempo atrás, mas começaram a criar mais leis, dispositivos, normas, regras e o país ficou extremamente cartorial. Devido a isso, ficou difícil fazer negócio com os Estados Unidos. As próprias empresas norte americanas saíram dos Estados Unidos e foram fazer negócios na Ásia, na América do Sul e no Leste Europeu. O que está acontecendo hoje? Fugas de capitais. Onde estão os capitais? Em países emergentes como o Brasil, porque, por mais que tenhamos complexidade, nós entregamos a eles juros, vantagens econômicas. Se nós começarmos a entregar também essas vantagens econômicas para os Estados, como entregamos para os países de fora, essa dívida se paga em dois ou três anos com obras. Na gestão de um Governador, de um Prefeito, podemos equacionar esse problema da dívida. E, como os políticos, eu vejo de fora, convivo há muito tempo com a classe política e tenho uma opinião bem distinta daquelas que são agendadas. Acho que as pessoas que se dispõem a ficar no parlamento, se expõem a uma vida política extremamente sofrida e dedicada e, muitas vezes, o que emperra são projetos exequíveis, em que a gestão não está presente e se busca médicos para resolver problemas de gestão, engenheiros, e até mesmo advogados. Por que não se busca gestores para resolver problemas de gestão?

Se vossas excelências buscarem competência técnica em gestão, administração, com certeza as obras vão ser realizadas. O Brasil precisa de gestores, da força política e da demanda política que os Senhores fazem diariamente nos parlamentos nacionais. Então, eu acho que é a hora da profissionalização da coisa pública, da profissionalização da República.

Em 1998, alguns Estados deviam três bilhões, passam doze anos pagando, em 2010 o saldo era de trezentos e cinquenta bilhões, e em 2012 está em quatrocentos e vinte. Os Estados pagam em média quatrocentos e setenta e um, sessenta e sete por cento sobre o valor original da dívida. Imagine o cheque especial! É mais tranquilo o cheque especial do que a relação dos Estados com a federação.

A CELIQUE 443%, o IGPDI 6400, o CDB PRÉ 391, o IPCA 6274, Poupança 172%, um detalhe, todos são inferiores ao percentual cobrado pelo Governo no melhor dos empréstimos. Como bem frisou o Presidente Luiz Tchê, são empréstimos distintos, com contratos diferenciados, se o melhor empréstimo tem essa taxa, imaginem os que tem as piores taxas, logo, é um grande negócio para o Governo Federal. Então, nós estamos vendo aqui o Governo Federal repassando o dinheiro para os Estados e recebendo mais em troca, é como se fosse um investimento. Digo o seguinte: saindo a Presidente Dilma, mesmo que haja uma eleição, e o partido X, Y ou Z, se eleger, não importa a matriz política ideológica, a relação executiva vai continuar a mesma. Ou se quebra o paradigma, como aquela ilustração oficial fez no Império Romano, ou nós vamos ter sempre essa questão de ficar o pires na mão. Eu digo que o melhor negócio do Brasil é ter pires, é ir a Brasília pedir dinheiro.

Algumas consequências diretas para a competitividade nacional. Não vou nem entrar na questão dos doze bilhões investidos em estádios de futebol, só vou falar que, nos últimos dez anos, o Brasil não investiu 2,32% sequer em infraestrutura, sendo que o mínimo para manter a malha logística como estava funcionando é 3%. Com o número de automóveis crescentes nas ruas, de caminhões nas vias, aviões nos aeroportos, navios nos portos, face ao esplendor do momento econômico nacional, nós investimos 2,32% do PIB. Imaginem se esses quatrocentos e vinte bilhões de dívida pudessem ser todos transferidos para infraestrutura no Brasil. Imaginem a grande vantagem competitiva na nação que nós teríamos, se tivéssemos uma ligação com o pacífico, uma integração regional. É impossível um País como o nosso, com um mercado regional intenso, não ter linhas ferroviárias, não ter navegação de cabotagem, pois nós teríamos recursos suficientes. Vejam que a Índia, a Tailândia, o Vietnã e o Chile investiram quatro vezes mais que o Brasil em infraestrutura, talvez o segredo de alguns países esteja não no câmbio ou em outra coisa, e sim na infraestrutura que é o que liga a transação dos bens à sociedade.

Os últimos investimentos no Brasil, nos últimos dez anos, foram de quinhentos e quarenta e três bilhões, só para frisar a nossa dívida interna pública é de quatrocentos e vinte e oito, nós teríamos quase que o dobro de investimento em infraestrutura.

Em relação ao PAC, é interessante falarmos dos portos, do investimento para portos no Brasil de dois mil e onze a dois mil e quatorze. Li no Diário do Comércio, Indústria e Serviços uma matéria na contracapa, com o Senador Roberto Requião, criticando a questão da privatização dos portos. Não vou nem entrar no mérito se há que privatizar ou não, até porque não é o foco, ou a questão, o fato é que de dois mil e onze a dois mil e quatorze a previsão de investimento nos portos brasileiros é de trezentos milhões somente, mas o Brasil construiu um porto em Cuba, no valor de um bilhão cento e cinquenta e nove milhões de reais, e estes são fatos. E aí cabe a reflexão se nós precisamos ou não de investimentos nos portos, ou se vamos transportar tudo em aviões.

Sobre o custo de mega Watts/hora. O Brasil consegue pagar, entre os Países Brasil/Índia/Chile e Rússia, 329 reais o mega watts/hora. É o custo mais alto entre os países. A nossa energia elétrica é a mais cara do mundo, entre os países desenvolvidos, e metade dessa energia é tributo federal. Mas vamos pensar o que isso tem haver com Pacto o Federativo?

Veja a superioridade das tarifas, numa microempresa, na Argentina. Eu até escutava de algumas pessoas: "ah!, é mais fácil eu viajar para África, às vezes, do que virmos até aqui. Claro, estamos com problema de infraestrutura, esperamos 04, 05 horas no aeroporto, se fosse voo direto, faríamos em 05 horas, com uma escala, em 06. Isso é questão logística. E, sobre a questão da energia, por que que as empresas estão saindo do Brasil? Porque a Alpargata foi para Índia, a Gerdau está produzindo fora do Brasil, a Tramontina está fora do Brasil, as plataformas de petróleo estão produzindo no mar do norte e são trazidas para o Brasil para serem acabadas? Só por um simples motivo, a culpa é do pão. O pão. Por que o pão? É só para ilustrar o pão. Numa padaria com 05, 07 empregos na Argentina e no Brasil, que consome 4,7 mil quilos watts/mês, a conta no Brasil é de 2 mil reais ao mês, enquanto que na Argentina, é de 600 reais. Um detalhe, a Argentina fornece 30% do trigo ao Brasil. Ao final do ano, só com a energia da padaria brasileira o Brasil gasta quase 20 mil reais a mais. Com o trigo mais caro, nem o nosso pão é competitivo.

Numa comparação entre China e Índia, países que estão investindo em termo de PIB em 7% em infraestrutura, em média, uma confecção com 60 empregos, não vamos contar com os encargos sociais desses empregados, produz na China e na Índia. A diferença, ao final do ano, dessas empresas com uma do Brasil, só de energia é de quase 10 mil reais.

Numa metalúrgica com 200 empregados, em um dos nossos grandes concorrentes, o Japão, um dos maiores compradores de ações do mundo hoje, ao final do ano, esta metalúrgica gastará 264 mil reais só em energia. No Brasil, como é que nós vamos competir? Então, está mais fácil importar até o aço vindo do Japão.

Assim como eu elogiei a classe política, é preciso que se elogie a classe empresarial, pois sem os empresários, no Brasil, não seria fácil. Imaginem se parte da dívida nos Estados pudessem ser colocada na renúncia do tributo federal sobre a energia para tornar as empresas estaduais mais competitivas. O que faz uma nação forte além do seu povo, são as empresas. Elas geram trabalho e renda e pagam impostos. Na medida em que as nossas empresas não são competitivas, pelo simples fato da questão da infraestrutura e da energia, teremos que

transferir tudo para o Estado, que vira um Estado assistencialista e passa a deixar de cumprir as suas obrigações essenciais.

O Brasil não precisa ser página de noticiário para ter que se reinventar porque vai entrar em crise. Nós podemos evitar essa crise de colapso de infraestrutura. Esta revista de março desse ano, que saiu na semana passada, é uma preocupação norte americana, e nós, que trabalhamos com a construção do cenário, estamos vendo que o Brasil há algum tempo pode estar nesse gargalo estratégico. Não estou comparando o Brasil com um país periférico, estou colocando-o como 6ª economia do mundo, olhando para frente, pois temos que nos comparar com os grandes e não com os pequenos. É como dizemos lá no Rio Grande do Sul em tom de brincadeira, o Inter tem que se comparar com o Barcelona, não com o Grêmio.

As compensações das dívidas poderiam levar os Estados a administrar os encargos de energia.

Nós temos no Brasil, hoje, quase um Uruguai, mais de um terço das nossas crianças estão fora da sala de aula, são 3.8 milhões. Esses dados são do Ministério da Educação. Na carga tributária em cima, e eu estou pegando o PIS e o CONFINS, principalmente do material escolar, não há um índice menor que 40%. Os Estados poderiam, principalmente na questão de inclusão social e inclusão digital, colocar mais alunos em sala de aula se tivessem muito mais material escolar. A própria questão do PROUNI poderia ser facilitada com isso, ou seja, as políticas sociais do Governo Federal seriam avançadas se isso fosse possível.

Gostaria de mostrar como as coisas não acontecem por falta de recursos. Havia um planejamento de quinhentos e cinquenta e três milhões para a construção de unidades básicas de saúde. Foram aplicados 10% desse valor para a implantação dessas unidades. Para o pronto atendimento estava orçado duzentos e trinta e dois milhões, foram liberados 9% do total no papel, mas eles não existem. Por que não existem? Porque nem os Estados conseguem pagar nominalmente, nem a União consegue ter essa reserva. Então, são papéis que acabam não sendo transferidos e transformados em capital. E eu volto a dizer, não é falta de vontade política, não é falta de enxergar os problemas do Brasil, seja do Presidente anterior, ou do antecessor ao anterior, da Presidenta atual ou do futuro Presidente, é uma questão estrutural, ou os Senhores Deputados Estaduais se mobilizam e vão em busca do equilíbrio federativo, ou o Brasil para, é uma questão empresarial. Olhando o Brasil como unidade de negócios, seriam os Estados os grandes arrecadadores da União que vão entrar em um gargalo. Então, é importantíssimo que os Estados se organizem para que possam ser efetivamente os propulsores do desenvolvimento nacional.

Sobre o caos da segurança, vou falar da minha cidade. São roubados em torno de quinze carros por dia em Porto Alegre, capital, sessenta carros por dia no Rio Grande do Sul, e não é falta de vontade política da ex Governadora Yeda Crucis, nem da vontade política do Governador Tarso Genro, ambos trabalham muito bem, são muito competentes, bem informados, o problema é que não tem recursos.

Dos trezentos e cinquenta milhões previstos para a implantação da polícia comunitária, nenhum recurso foi liberado. Esses são fatos, são dados do PAC.

De acordo com o instituto brasileiro de pesquisa tributária, e aqui vem um grande detalhe, quem mais paga mais impostos são as pessoas que ganham até três mil reais. Essas pessoas pagam em torno de 23% de imposto, quem ganha de três a dez mil paga 15% de imposto, quem ganha acima de dezesseis mil paga 16,97%, por quê? Porque essas pessoas consomem produtos essenciais que tem mais carga tributária. As causas vem simplesmente desses fatores: até o dia 25 de maio de cada ano, todos nós trabalhamos para o governo federal com o intuito de pagar impostos, de todo o bolo de arrecadação no país, somente 5% fica nos Municípios, um automóvel que custa R\$ 13.490,00 tem R\$ 8.000,00 de imposto, e qual é o carro popular, é o carro que poderia sair a R\$ 10.000,00. O Honda Civic, que é um carro considerado de médio a alto padrão, na cidade do México custa R\$ 14.000,00, e ele é fabricado aqui no Brasil. A nossa carga tributária mata. O brasileiro acaba dirigindo um carro, como se diz, pé-de-boi, pagando em um carro popular, mais caro que em um carro importado. E, se nós tivéssemos aqui, diminuição de carga tributária cedida aos Estados, ao invés da guerra fiscal para atrair montadoras como contrapartida, já seria um grande avanço, já teríamos compensações técnicas, práticas, efetivas, apolíticas, o que beneficiaria toda a federação. E por que que quem ganha menos paga mais? É porque há imposto sobre o feijão, a carne, o leite e outros. Só para ilustrar o que o meu Presidente falou, o Brasil perdeu 95% da dívida de Moçambique no valor de US\$ 315

milhões de dólares. Perdoou mais da metade da dívida da Nigéria vai receber só US\$ 67 milhões a fundo perdido, não sabe quando, dos US\$ 150 milhões que a Nigéria, deve há mais de vinte anos, os outros US\$ 90 milhões foram cancelados. O Brasil perdoou a dívida de US\$ 50 milhões da Bolívia, que fez e aconteceu, aprontou em relação à questão do gasoduto, do dinheiro do BNDES, e o Brasil disse deixa pra lá esses US\$ 52 milhões. Qualquer cidade aqui, gostaria de receber US\$ 52 milhões para obras sociais. O Brasil perdoou a dívida de Cabo Verde, da Nicarágua de US\$ 141 milhões, a de Cuba de 40 milhões de euros, a do Gabão de 36 milhões, da Tanzânia de US\$ 246 milhões. Nós não temos 350 milhões para colocar em infraestrutura e perdoamos a dívida da Tanzânia de 246 milhões de dólares. Por que não negociamos a dívida com a Tanzânia e colocamos o dinheiro dentro das obras da Segurança Pública? Estou mostrando caminhos para se buscar recursos, a contrapartida do equilíbrio federativo. E o total aproximado é de aproximadamente 1.000.300.000.000,00 (um trilhão e trezentos milhões de dólares). Queria só deixar claro que acreditamos que há um corredor de oportunidades, principalmente porque estamos acompanhando a vontade política do Governo Federal em dar de novo ao BNDES o seu caminho original. Não é papel do BNDES financiar privatizações, emprestar dinheiro para a iniciativa privada. O BNDES tem que emprestar dinheiro para os Estados, para os pequenos e médios empreendedores. Então, acredita-se que há um momento oportuno. Fazendo a leitura ambiental do humor do Governo Federal, os Estados poderão aparcerarem-se da União e acreditamos que essas dívidas, sendo compensadas por obras realizadas nos próximos anos, com fiscalização do Governo federal, sejam o caminho. São 428 milhões que seriam injetados na economia brasileira, dinheiro que os Governos Estaduais pagam ao Governo Federal. Os Senhores Parlamentares seriam protagonistas de um novo Brasil, pois os recursos que existem, que são devolvidos para a União, poderiam ficar nos seus Estados para a realização de obras. Então, esse é o caminho que a UNALE acredita que seja possível de ser feito, a partir de uma análise crítica, técnica e apolítica, acreditando que todo mundo que chega a um cargo público é rodeado das melhores intenções, e que nós devemos usar competência de gestão para definirmos rumos de infraestrutura. Estou convencido de que os Senhores, volto a dizer, serão protagonistas efetivos de um novo Brasil. Queria agradecer ao Presidente desta Casa pela oportunidade e dizer que agora fico à disposição de Vossas Excelências.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Dr. Sílvio, tenho certeza que os Deputados vão querer explorá-lo mais ainda com relação ao tema, portanto, vamos abrir a palavra para os Deputados.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Senhor Presidente, queria iniciar dando as boas-vindas ao Dr. Sílvio e mais uma vez parabenizá-lo pela palestra extremamente esclarecedora. Nós já tínhamos participado da palestra de Vossa Excelência em Natal e, com certeza, a que faz agora, está sendo muito enriquecedora para este Parlamento. Também quero dar as boas-vindas ao nosso Presidente da UNALE, Tchê, e parabenizá-lo pela importância do tema que a UNALE hoje leva para todos os Estados, que é a questão do Pacto Federativo. Dr. Sílvio, está muito claro para nós que hoje vivemos praticamente uma ditadura do Poder Executivo sobre os Parlamentares e sobre a sociedade, que discutimos quase que tão somente políticas orçamentárias e absolutamente zero em termo de política de desenvolvimento e, ainda assim, quase que só referendamos aquilo que o Poder Executivo manda para esta Casa. Em Brasília também não é diferente, pois ninguém discute política de desenvolvimento e sim política orçamentária. Mas, o que nós queríamos ver é de que maneira os legislativos podem tentar mudar esse modelo que aí está. Eu sei que é preciso fazer pressão nas nossas bancadas para que se discuta o Pacto Federativo, entretanto não é tão simplório assim. Em termos de sugestões práticas, de que maneira nós poderíamos avançar nesse debate?

O Professor Sílvio Teitelbaum – Obrigado, Deputado, pelas observações. Lembro-me um pouco da questão da evolução da história da humanidade, quando a cidade ficou concentrada nas mãos de poucos. O modelo que nós consagramos hoje, como democracia, acabou, de certa forma, pervertido e se transformou numa demagogia, quando não foram raras as vezes que se transformou num totalitarismo de uma forma ou de outra. O Legislativo é um órgão fundamental para a sociedade civil tanto quanto é o judiciário, o Executivo, pois é do Plenário que surgem as demandas do povo. E, não estou fazendo nenhuma demagogia, porque é a partir dos legisladores que são identificadas as questões essenciais dos vários problemas públicos que compõem uma sociedade. Eles acabam tendo a sua função precípua de decidir sobre os rumos do que é bem-estar para a sua gente se alguma

coisa não vai bem, ou acaba bem, a curto ou a médio prazo. Isso a história tem demonstrado. Esse talvez seja o maior temor, pois, com certeza, não importa que cheguem no Poder Executivo Federal seja de Júpiter, Saturno ou Urano, não importa a matis política estou usando o sistema solar para não ferir suscetibilidade, as demandas vão ficar refém dessa máquina, a não ser que as 26 Assembleias Legislativas dos Estados, mais a do Distrito Federal, se reúnam num grande projeto de cooperar e identificar questões essenciais de troca. As obras do PAC, previstas para os Estados, por exemplo, são um caminho para infraestrutura. Pontes, portos, aeroportos, barragens, transposições de rios, pequenas centrais hidrelétricas, é o que existe aqui para a região, e de que maneira isso pode voltar ao controle para que a verba saia? E aí o Estado renegocia a obra de outra maneira, porque é uma obra que nem começou, está no papel ou numa placa e, às vezes, placas de três governos passados que não conseguiram realizá-la. Começou no primeiro mandato de Fernando Henrique, não foi falta de vontade dele, não foi falta de vontade política do Presidente Lula e, com certeza não será da Presidenta Dilma, pois não há verba. Nós vimos isso na questão da segurança, porque se os 27 entes começarem a pensar que têm 350 milhões quanto caberia a cada um deles, ficando o recurso na Casa, como se diz? Sobre a questão dos postos de atendimento em saúde, vou dar um exemplo. Quando se está no Estado dos outros mostramos as fraquezas do nosso Estado para ilustrar que nem tudo vai bem. O Hospital centenário de uma cidade como São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, está interditado, eles estão contratando médicos pediatras. E sabe qual é o valor inicial para uma pessoa que cursou seis anos de medicina e mais dois de residência? Hum mil e cem reais por vinte horas.

Eu estive em Minas, a convite do Presidente do Colegiado da UNALE, e me familiarizei com a Assembleia Legislativa de lá, que possui mais de 30 consultorias de áreas específicas apoiando os Deputados, área da agricultura, da saúde, infraestrutura, previdências, técnicos os apoiando. Muda o Presidente, mudam os Parlamentares, mas os consultores concursados permanecem, porque são técnicos científicos. O que eles estão fazendo? Mapeando a situação da dívida de Minas, que é de 66 bilhões de reais, 65 vezes maior que a dívida daqui do Estado, e estão vendo que caminhos existem para uma contrapartida, estão tentando estabelecer um projeto de compensação. Acho que sua pergunta foi extremamente rica no conteúdo. Na constituição dessa consultoria da comissão de apoio dos Deputados, do Poder Executivo, fazendo um mapeamento interdisciplinar com engenheiros, médicos, serviço social, administrador, economistas, nas várias matizes do pensamento, o que o Estado precisa? O que as cidades precisam fazer quanto ao tamanho das dívidas? O que pode ser feito? Quais as obras previstas no orçamento pela União, e de uma maneira tentar um acordo para que isso seja feito? Esse é o caminho prático, tem que se passar por cima da questão cartorial das leis. Essa revista que saiu ontem, eu recomendo. Li e reli. Ela mostra o porquê dos Estados Unidos entrarem em crise. Parece que eles não fizeram a lição de casa. Acabou a força do dólar e eles quebraram. E se acaba a força do real? O Real, meus senhores e minhas senhoras, de 98 para 99, flutuou de 1.7 para 2.5, os Senhores lembram? A culpa foi da crise da Rússia, do México? E se há uma crise generalizada? A China teve um atraso de crescimento, está certo, mas é um gigante. E a Europa? Saiu ontem, no Valor Econômico, que a agência Moody's estuda o rebaixamento da posição do Brasil, porque eles estão olhando a crescente dívida pública, Deputados. E nós tivemos um crescimento vegetativo. Ninguém está invalidando o que foi feito em política social. É importante que se diga isso. Contudo, ninguém disse que não houve trabalho nos últimos vinte anos.

O Senhor Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero dar as boas-vindas ao nosso Presidente da UNALE, Doutor Sílvio e, também, ao Senhor Lauri, que em todas as reuniões da UNALE está presente. Doutor Sílvio, agradeço profundamente pelo seu ar profissional, sua didática, objetividade e clareza na explanação. Isso só contribui para que nós tomemos cada vez mais consciência das nossas atribuições. Eu vou dividir reflexões aqui, com o Senhor. Se abrir a Constituição Brasileira, no que se refere aos poderes que constituem a república, ela começa com o Poder Legislativo. Está lá na Carta Magna, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário são poderes que compõem o Estado brasileiro e devem conviver harmonicamente. Mas, algo nos entristece no Poder Legislativo. Eu observo que depois que saímos do estado ditatorial, que começamos a redemocratização, nós, enquanto Poder Legislativo, não avançamos quase nada, as nossas atribuições continuaram castradas, as nossas prerrogativas continuaram cada vez

mais limitadas e os legislativos, de forma geral, não reagiram. Devemos estar atentos para isso. Muitos avanços existiram em vários segmentos de organizações da sociedade, mas, como dizia lá no Senado Federal a nossa querida Luiza Helena, o Congresso Nacional é uma extensão arquitetônica do Palácio do Planalto. Aqui, também, é uma extensão arquitetônica do Palácio do Governo, lá em São Paulo, bem como em Minas Gerais também. Quer dizer, há uma subserviência do Poder Legislativo, que não se impôs enquanto Poder da revolução para cá, parece que formou uma cultura de mais de vinte anos e nós não conseguimos dar essa guinada. Depois da UNALE, esse assunto foi debatido quantas vezes? Em quantos congressos? Anos se passaram pouco debatendo essa questão e, simplesmente, agora, o Congresso Nacional fez essa comissão para analisá-la. E, graças a Deus, quem está à frente é uma pessoa, uma figura como Jobim, não pelo seu saber jurídico, mas pela sua vivência política, pela sua vivência como ministro, enquanto advogado, enquanto parlamentar, participante da constituinte de 88. Então, com certeza, ele trará uma grande contribuição. Mas, ainda desconfio que isso foi feito em função do Supremo ter decidido que até final do ano o Congresso Nacional deverá rediscutir as transferências através de FPE. Como o tempo está se passando e o Congresso nada fez, viu que a fumaça que está acobertando os fatos. Eu vou me focar na conversa com Vossa Excelência em dois pontos: as prerrogativas que eu enfoquei, que continuam castradas, e esse estudo que acho que a UNALE deva estar fazendo sobre as transferências constitucionais de FPE e FPM, porque o Estado de Roraima tem 78% do seu bolo orçamentário, do seu conjunto de receita, oriundos do FPE. O Estado do Acre deve ter uns 70%, os municípios brasileiros uns 90%, 70%, mais ou menos, da sua composição orçamentária em cima das transferências. Há uma preocupação enorme. O Poder Legislativo aqui, louvo o Presidente Guerra, já fez uma Comissão para ir ao Congresso Nacional começar essa discussão com a nossa bancada, para que, realmente, possamos gerar sensibilidade a respeito dessa questão que é sublime, porque significa sobrevivência. Eu sou assinante do jornal Estado de São Paulo e lendo-o, ontem à noite, percebi que, por exemplo, o Distrito Federal já não está mais conseguindo pagar sua folha, bem com Sergipe. O Rio Grande do Sul tem dificuldade de pagar o piso de R\$ 1451 para os seus professores. Quer dizer, os Estados brasileiros estão ofegantes, estão no limite, no limiar. E o que fazer? Será que nós vamos deixar explodir para recomeçar, ou temos que ter a maturidade de, conjuntamente, solidariamente, de mãos dadas, reconstruir esse pacto e tentar fazer, atender minimamente as demandas que a sociedade nos cobra? Então, eu queria focar as prerrogativas legislativas se a UNALE já tem um estudo robusto sobre FPE e FPM. Muito obrigado. Parabéns pela explanação.

O Senhor Professor Sílvio Teitelbaum – Algum tempo atrás, chegamos a perceber até uma certa ditadura do Poder Judiciário, interferindo em questões de prerrogativas absolutamente pertinentes ao Poder Legislativo. Eu sei que posso estar me incomodando com o Poder judiciário, mas não é papel do judiciário interferir nas questões do Legislativo, muito pelo contrário, o Poder Legislativo é que a mola propulsora da sociedade.

“Legislativo fraco”. Se nós transferíssemos esse conceito para o marketing, seria como a marca fraca de um produto, a sociedade enfraqueceria. Por que que as pessoas tomam Coca Cola? Qualquer coisa que a Coca Cola vier a fabricar, as pessoas vão tomar. Hoje, a Coca Cola tem uma linha de água, e as pessoas compram a água da Coca Cola. Se a Gerdau resolvesse fazer colchão, ao invés de aço, venderia colchão porque a marca é forte. Quando falamos em Poder Legislativo no Brasil, nós temos que falar efetivamente, que ele é referencial pelas pessoas que o compõem, mas está completamente imobilizado, porque não consegue resolver as mínimas questões. A Assembleia legislativa de Minas já está com um trabalho mais avançado nesse sentido, e nós estamos interagindo bastante nessa questão para incluir esse estudo do Pacto Federativo junto a UNALE. Eu tenho me assessorado das conversas com o colega Lauri e temos debatido muito esse assunto, quando sair uma proposta, e o tema da sugestão da palestra é do Lauri, sobre esse estudo do equilíbrio federativo, o estudo de FPE e FPM será contemplado, porque eles são indissociáveis, um não tem como caminhar sem o outro.

Permita-me pegar parte da sua fala, onde demonstra bem a nossa preocupação, economistas e administradores. O Rio Grande do Sul não tem dinheiro para pagar a sua folha, Sergipe está estrangulado, outros Estados também estão em dificuldades, alguém pode ousar dizer que nunca o PIB Percato foi tão grande? Eu responderia nunca as coisas saíram tão caras, nunca o custo de vida foi tão alto, se nós hoje recebêssemos muitos reais...

O nosso Mac Donalds é o mais caro do mundo. Entre os países emergentes, disparado a nossa taxa de energia elétrica é a mais cara entre os países do ramo da competitividade e outros gargalos mais. Não importa ganharmos 600,700 ou 800, temos que ver o que é que se pode comprar com isso. O valor do aluguel no Brasil tem crescido absurdamente, as taxas de financiamento, hoje, de imóveis, por mais que se diga que são vantajosas, nem de perto simbolizam que são taxas efetivamente de um processo hipotecário como nos outros lugares do mundo. Então, lá você compra apartamento há 4,6 ou 3 por cento ao ano, estou falando dos Estados Unidos, da China, da Tailândia, do Chile. Nos imóveis populares minha Casa, minha vida, aqui, pagamos 12%, 11%, 10,6 mais ITR. Logo, existe um contra senso em termos que olhar de fato a inclusão pelo bolsa escola, bolsa família, temos que ter cuidado para falar dos projetos que se estenderam, mas isso não resolve. Se me permite, uma outra questão que está acontecendo na Europa, é que muitas pessoas receberam assistência do Estado, foi o chamado Eiffel Stars. Os países que não cortaram a assistência do Estado, ou não colocaram a obrigatoriedade de o jovem estar na escola técnica, não é obrigatório ser doutor, fazer faculdade, e onde é que estão as escolas técnicas, onde está aquele ofício base?

Quando me formei em análise química, eu trabalhava numa farmácia de manipulação, como químico, e fazia faculdade de Administração. Eu fiz o curso técnico de analista químico, sou formado, outros fizeram fotografia, história da arte, eletrotécnica, tenho alguns colegas que hoje são médicos, advogados, e a vida não acaba se eles tiverem que trabalhar como técnico dois ou três anos. Aqui no Brasil, eles têm a obrigatoriedade de ter um segundo grau ridículo, porque se formos fazer uma avaliação internacional, as pessoas têm deficit de cognição, porque não têm competitividade.

Não conseguimos nem organizar, não vou nem falar no Enem, prova para consultor do Senado, pois falta papel. A Fundação Getúlio Vargas não conseguiu com o Senado da República organizar um concurso onde os salários chegam a vinte e cinco mil reais. Essas são as pontas do Icebergs, não são questões políticas, são questões de gestão. Se os Senhores me permitirem, se tirarmos a nossa bandeira política partidária e olharmos o que nós, como gestores brasileiros, podemos fazer pelo país, o país vai andar.

Se eu discutir futebol com o Laurí, ele sendo gremista, e eu me tornar um anti gremista e ele anti colorado, não sai jogo, acaba ocorrendo o que aconteceu no Rio Grande do Sul, internacional e grêmio, com dois estádios razoáveis, se dividiram para construir a sua arena, quando o Estado do Rio Grande do Sul poderia ter construído um Estádio multiuso somente.

A inteligência vem de outros lugares, Milão tem a Inter de Milão e o Milan, e um estádio só, que se chama San Siro ou Joseph Measa, San Siro quando joga o Milan, Joseph Measa quando joga o Inter de Milão. E, o estádio muda de cor, fica azul quando joga o inter e vermelho quando joga o Milan, e ninguém morre por não ter o seu estádio próprio como o seu centro de treinamento.

Lá nós estamos discutindo a grenalização, quando a gente grenaliza uma discussão, ela está fadada ao insucesso, eu acho que é hora de desgrenalizar o País. Se é chimango ou maragato, como a gente fala lá, não importa, devemos atentar que o Brasil é de todos.

Eu falava com o comandante que nos acompanhava, e ele me perguntou: Onde você mora, professor? Eu moro no Brasil, situacionalmente no Rio Grande do Sul, sou brasileiro, não sou gaúcho, e se nós começarmos a pensar que somos brasileiros e depois termos a nossa regionalidade o Brasil vai avançar. Isso é que vai nos fazer diferentes, é nisso que os outros países são diferentes. Nós aqui, ainda somos muito territorialista, talvez uns mais que outros, isso na hora da discussão lá fora. Em Brasília, esse senso territorialista acaba atrapalhando. Então, precisamos ter gestão. Uma empresa não vai bem, se parte dela não está bem, e, por conseguinte o negócio não está bom.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz- O Senhor demonstrou os gráficos sobre a situação do Brasil nos gargalos dos transportes, da energia, da infraestrutura, do custo Brasil, do custo países emergentes como o nosso, como a China, o Vietnã, a Rússia. Eu vejo essa questão do Pacto Federativo, e eu estou preocupado. O Senhor colocou sobre desregionalizar o país, mas temos problemas de autonomia dos Estados que compõem a Federação Brasileira. Vou dar um exemplo bem simples. Vamos pegar a região Amazônica; Nós somos diferentes, Roraima é aquela saída de Porto Alegre para São Leopoldo, aqueles campos naturais, o Senhor já deve ter visto, é diferente do Acre, lá do nosso Presidente, é diferente de Rondônia, de Amazonas. Nós não podemos plantar cana tendo uma de São Paulo aqui do nosso lado para adicionar

o álcool na cana, sem precisar de tudo aquilo que é colocado em relação ao Recurso Federal, porque a iniciativa privada vem onde há campos naturais, onde há energia, onde há estrada com capacidade para escoar produção.

Então, essa é uma preocupação, quando nós formos discutir o Pacto Federativo, porque a mídia nacional existe nos maiores centros econômicos do país e, ele não tem interesse em apoiar uma redemocratização, em termos de federalização do Brasil. Vou lhe dar outro exemplo bem simples, vou pegar Turmalina em São Paulo, no Estado mais rico da Federação, com 1978 habitantes e cento e quarenta e sete quilômetros quadrados, ou seja, a sua alíquota é 0,6 no FPM. E, vou pegar Iracema, no nosso Estado, o Estado mais pobre da federação, com 14 mil quilômetros de metros quadrados, com 8.676 habitantes, dados do último censo do IBGE, recebe 157 mil reais de FPM. Veja bem, aqui não está se discutindo o tamanho do Município, por aí eu poderia argumentar, os Municípios da Amazônia são imensos, bem esse é, mas ele tem uma população infinitamente superior ao de Turmalina, e recebe a metade. Olha como nós, brasileiros, não somos iguais. Um prefeito, num Município desse, recebeu 32 mil reais, agora no dia 20, e ele tem que ofertar bons serviços de Saúde para as regiões mais longínquas.

Há Municípios aqui, Professor, cujo o transporte da merenda encarece muito, como nas áreas indígenas, no Município do Uiramutã, no município onde o nosso Presidente aqui, nasceu, Caracaraí, lá no Baixo Rio Branco, que se vai de balsa no período em que o rio é navegável ou de avião quando o rio não é navegável.

Caracaraí tem 47 mil quilômetros quadrados, é mais ou menos do tamanho de Sergipe, com 18.384 habitantes, e recebeu, no mês de outubro do ano passado, trezentos e quatorze mil reais. Águas de Lindóia, em São Paulo, tem 60 quilômetros quadrados. Só para as pessoas que estão assistindo aqui terem uma ideia, é como se eu saísse da Assembleia até a rodoviária para dar 60 quilômetros quadrados. Esse é o tamanho do Município de Águas de Lindóia, Município que Vossa Excelência conhece, extremante rico. Preste bem atenção, ele recebeu, no mês de outubro, 690 mil. Então, veja a disparidade desse Pacto Federativo. Quem quer plantar cana, onde o solo é propício, não pode porque é Amazônia, é o bioma Amazônia, e aí é difícil.

Eu não tenho esperança de mudança nesse Pacto Federativo em relação à Amazônia, porque vi o discurso dos nossos irmãos aqui do lado, aquele discurso típico do pólo industrial de Manaus, em que dizem que se sustenta o Amazonas e que preservaram 98% por cento, mas foi o terceiro Estado que mais desmatou nesse último trimestre. Estão aí os dados do INPER, desmataram mais do que nós, porque não temos mata, e mais absurdo, o desmatamento em Roraima não feito pelo projeto de colonização do Estado, e sim pelo Governo Federal, pela interferência dele em criar projetos de assentamento em áreas de mata, mas a conta amarga vem para nós.

Vossa Excelência colocou o problema das dívidas, e o nosso caso não deve ser diferente de Rondônia ou do Acre. O Deputado Flamarion, quando governador, sabiamente fez uma anistia dos conjuntos habitacionais construídos pelo Governo federal, quando território de Roraima. São mais de 4.900 habitações. E, ao passar para o território, o governo federal jogou a dívida impagável para o Estado, que paga até hoje em torno de um milhão de reais descontados no FPE todo mês.

Veja bem, uma dívida que não foi criada pelo Estado, a qual ele não tem nenhum compromisso. Entretanto, o Império Romano, como Vossa Excelência colocou, exigiu a transformação de território em Estado, e que este assumisse a dívida de todos os conjuntos habitacionais.

Lá em Caracaraí na terra da nossa Deputada Ângela, há conjuntos habitacionais, bem como em Mucajaí, e a conta ficou para o menino que estava nascendo e não tinha nem como produzir, mas tinha que começar a viver pagando a dívida que não era dele.

Uma outra coisa que me preocupa nesse Pacto Federativo é se os Estados não entrarem, e aí é briga feroz. Vossa Excelência colocou o problema do ICMS entre a Bahia, São Paulo, traz indústria, não traz; Porto Alegre perdeu, na época lá do Tarso Genro, a Ford para a Bahia. Mas uma coisa que me preocupa é a concentração da receita do ICMS dos Estados, ela está no gás, na energia, no transporte e na telefonia. Esses foram dados que peguei antes de vir para cá, 78% da receita dos Estados estão baseados nisso, baixar esse custo Brasil. 25 de ICMS é a média do Rio de Janeiro, a nossa aqui, é dezessete, e em São Paulo é 18, se não me falha a memória. Nós precisamos baixar esse custo, mas para baixá-lo e os Estados não perderem, temos que ter um pacto com a União para que venha alguma coisa do COFINS, dessa reserva fantástica que o Estado Brasileiro fica do bolo tributário, para podermos fazer com que os Estados possam reduzir o que mais os afetam no

custo Brasil. Veja bem o que nós colocamos, o gás é importante para as indústrias e para a população, por isso devemos baixar esse custo de vida do Brasil. Quando vamos para o exterior é que percebemos, o quanto o nosso gás está caro.

Precisamos conseguir baixar esse custo Brasil, sem aumentar salário mínimo, que é outro risco, porque nós vamos ter um ganho com essa redução. Então, veja bem como é que ficam as prefeituras nesse pacto. Um fiscal do INSS vai a uma prefeitura lá do Uiramutã, lá onde o vento faz a curva, bate no nosso Estado e volta, faz uma fiscalização, e nós não temos um técnico a altura para discutir aquilo que um fiscal do INSS está fazendo, e multa uma prefeitura dessa em 800 mil. Isso aconteceu agora com a prefeitura de Iracema, ninguém sabe nem explicar o porquê da multa, e o Juiz Federal teve benevolência, pois se aplicarem uma multa dessas, inviabilizará o Município, porque a receita do Município é dois milhões ao ano, mas, mesmo assim, aplicaram a multa. A Assessoria jurídica não sabe nem por onde começar, pois não sabe explicar por que a Prefeitura foi multada, e esse jogo do INSS tem mais multas, juros e correção. O Governo Brasileiro tem uma inflação de cinco por cento ao ano, quando multa e taxa inviabiliza os municípios e os Estados porque a correção no Brasil é algo inflacionário. O TCU ainda faz cálculo hoje, para pegar prefeito do interior do Brasil, porque isso dá IBOPE, “todo prefeito é ladrão”. O TCU faz cálculos que são impagáveis. E aqui, nós estamos falando na Casa do povo, propondo um pacto, professor.

Nós não podemos conceber o tratamento que o INSS dispensa as prefeituras, bem como os Tribunais de Contas dos Estados e da União. É tudo um jogo para segurar, para inviabilizar, para que as prefeituras não peguem recursos federais. Esse é um jogo que pouca gente tem coragem de falar no Brasil. O Governo federal faz um convenio com uma prefeitura, o prefeito deixa o cargo depois de 4 anos, é fiscalizado pelo órgão, e aí é detectado que ele está inadimplente porque na rodoviária está faltando o vaso sanitário, ou porque um vidro está quebrado e o prefeito tem que devolver tudo. Não há um prazo para fiscalizar. O grande Império Romano, pode descumprir tudo quanto é prazo da instituição normativa 01, daquele monte de regimento interno, de lei, de instrução normativa que ele cria e que nós nem conhecemos. E acham que somos iguais, querem que a internet lá de São Leopoldo, que eu conheço, pois fui representante da famosa Borbonite, não sei se ainda lembram, seja igual a de Mucajaf, a 50 quilômetros de Boa Vista, mas não é, sabe por quê? Porque não temos mercado, a OI não têm interesse nenhum.

Vai haver uma reunião na Assembleia do Amazonas, e aí, Presidente, teríamos que mandar um representante, para discutirmos o problema da Internet, pois o Governo Federal, o Império Romano brasileiro, cria as regras lá em Brasília e acha que tudo pode ser On line, multa. Então, me preocupo muito com essa questão do Pacto Federativo.

Eu fiz um estado sobre os dados do FPM. Se pegarmos uma prefeitura do seu Estado, Santa Bárbara do Sul, um Município belíssimo, com 958 quilômetros quadrados, que recebeu de 0,6326 mil reais, está todo energizado, tem uma qualidade de vida melhor do que a nossa, é um Município produtor, enquanto que o nosso 0.6 foi 157mil. O Senhor que ver outra coisa do Brasil colônia que Vossa Excelência deu uma aula aqui, o Enem. Há uma coisa mais Brasil colônia do que o Enem? Algumas pessoas dizem que não, porque está tirando o direito das pessoas competirem por igual. Pelo contrário, se temos 200, 300 alunos para entrar no curso de medicina de Roraima, que oferta 20 vagas, e eles têm que competir com 500 mil alunos de São Paulo pelas mesmas vagas, é o Brasil colônia? Não é que nós temos menos capacidade, é porque não há como competir com os Estados que têm maior população, e eles vão optar por um dos nossos cursos, porque são bem avaliados. O que acontece? Eles ficam com mais da metade das vagas daqui, do Acre, do Amazonas. O Acre agora foi sábio, como o pessoal de lá é do PT, não vai ter briga, porque o Governador é do PT, Jorge Viana. O que eles fizeram lá? Colocaram no curso de filosofia que ninguém do Rio Grande do Sul, de São Paulo, através do ENEN, pode cursar filosofia no Acre. Lá, em medicina, não aceitam o ENEN, e nós aqui aceitamos. Quero colocar esses pequenos exemplos de como nós somos Brasil colônia, e quanto é difícil fazer esse Pacto Federativo, até porque os grandes Estados produtores, como o seu, não têm interesse de que a gente plante soja, porque vão perder o mercado da Venezuela, de Colômbia, pois exportam para lá, pelo Porto de Paranaguá, e com o custo muito mais elevado. Esse é o nosso Brasil e precisamos mudar. Muito obrigado.

O Senhor Professor Silvío Teitelbaum – Obrigado pelas suas considerações, Deputado. Acredito, realmente, que existem grandes contrastes sociais, não tenha dúvida disso. A dívida por exemplo, de São Paulo, é de 170 bilhões. Então, um Estado produtor como o de São Paulo tem 170 bilhões de dívidas. Essa questão de fato precisa ser equacionada, mas isso é uma política

de Estado e mais que política de Governo, é o que nós estamos discutindo, caminhos para resolver a questão das dívidas. Então, é o equilíbrio federativo a partir das dívidas. O segundo passo, sem dúvida nenhuma, será esse, entender as desigualdades sociais. E, quando surge esse tipo de abordagem muito inteligente como a sua, eu sempre gosto de lembrar uma frase de Tancredo Neves que já disse em outras ocasiões, mas não tive a oportunidade de dizer aqui, “enquanto tivermos neste país um só homem sem trabalho, sem pão, sem teto e sem letras, toda prosperidade será falsa”. Então, se nós lermos essa frase, veremos que nós não somos um país próspero, em cima das suas ilustrações, mas já avançamos bastante. De 93 para cá o Brasil deu passos largos, mas não fez a lição de casa. O que o Senhor está colocando aqui, é a questão da gestão pública, claro que existem outros fóruns para abordarmos isso, e concordo com 105% das suas observações. A falta de interesse ou não, é muito relativa. Acho que pode haver uma brecha para se discutir isso. Quando se fala, por exemplo, na questão logística, é muito mais natural que se tenha plantação de soja, ou outro tipo de cultura, na região, e a exportação que tem que ser para determinada região que consiga fazer o que fazem os grandes países que têm extensão continental como o Brasil, respeitando as peculiaridades regionais e dando autonomia. Tenho muita saudade dos Estados Unidos do Brasil, antes do golpe da República, que ninguém tem coragem de dizer que foi um golpe, mas isso é uma outra questão. O Brasil era a segunda maior malha rodoviária do mundo e tinha a terceira maior frota mercantil naquela época de Dom Pedro Segundo, do Barão de Mauá, para ver de quem fazia mais pelo país, se era o Estado ou o empresário. Houve, infelizmente, uma interrupção, poucos sabiam que o Brasil foi, fora do eixo Europa/Estados Unidos, a primeira nação a ter telefone, modernidade trazida por Dom Pedro Segundo. Comentava hoje, no café da manhã, que o interesse do Império, e não sou monarquista, só estou querendo falar sobre a minha maneira de olhar o país, era nos Estados Unidos, nas ferrovias que eram construídas lá, pois havia a concepção de unir as regiões e poder controlar o bolo da coroa. Com o fim da República Velha, é aquela coisa assumimos, veio o que nós conhecemos, como oligarquias, a política do café com leite, o Estado novo de Getúlio Vargas e, realmente, desde o final do Império nós podemos dizer, sem sombra de dúvida, que do período de 64 até a redemocratização, a região do norte ficou esquecida. Se nós olharmos proporcionalmente a história do Brasil, os maiores investimentos na região norte foram feitas no período do império, e isso está nos livros de história. Eu fiquei muito feliz que o Senhor tenha feito muito bem o apanhado sobre o Império Romano, porque realmente nós estamos vivendo o apogeu do Império Romano. A decadência estará logo ali, e a colocação em segundo plano da região norte e noroeste do país. Muito obrigado pelas suas considerações brilhantes.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Vou ser objetivo, vez que o tempo urge e nós temos que aproveitar bastante a permanência dos nossos ilustres convidados. Professor Sílvio, eu faço parte da UNALE desde 1999, quando conquistei o meu primeiro mandato, o qual teve uma breve interrupção quando estava vice-Governador. Mas, de lá para cá, sempre tenho estado com a UNALE e não raro faço parte da diretoria. Há anos ouço desculpas de alguns para não pagar a ínfima mensalidade, e essas queixas vão mais longe, são verdadeiras. Reclamamos que não age, no sentido de que, com relação especialmente ao pacto federativo, se limita a fazer o papel de formar uma comissão, ou diretoria, com os senadores e deputados, para pedir providência, interferir por uma PEC que lá tramite, mas que encontra no Congresso o descompromisso que é verdadeiro também. Por outro lado, vi, recentemente, uma ação do meu particular amigo, Deputado Tchê, Presidente da UNALE, que articulou com três comissões conjuntas do Senado que debatiam o Código Florestal, uma reunião para que lá comparecessem maciçamente os representantes das 27 Assembleias Legislativas. E pasmem, o Tchê não falou, mas eu senti a decepção dele ao fim da reunião, pois só havia, se não me falha a memória, 17 Deputados Estaduais. Não havia, naquele momento, nenhum Senador dos três que nós temos aqui, e nenhum Deputado Federal, e a reunião era para debater o código florestal, sendo que a Amazônia depende fundamentalmente disso, bem como, nós, em particular, aqui em Roraima.

Estou fazendo esse preâmbulo para dizer o seguinte: o Deputado Tchê anunciou, e temos acompanhado, que optou pela contratação de gestores para UNALE. Essa é uma alvíssara para nós, porque é impossível os Deputados aqui, nos seus Estados, tendo um ano só de mandato, conseguirem estar permanentemente em Brasília comandando esse processo de mobilização da UNALE em favor das suas filadas. Então, eu faço essas colocações, professor Sílvio, para dizer que não vou fazer perguntas para que enfatize um pouco mais para todos nós, no que os gestores podem contribuir para que a UNALE seja mais ágil nessas suas ações, e que resulte em ações mais consequentes que venham a satisfazer os seus membros que são os Deputados Estaduais. Obrigado.

O Senhor Professor Sílvio Teitelbaum – Obrigado pelas suas palavras, Deputado Erci. A partir da sua ótima reflexão, realmente o trabalho do Deputado Tchê, e não vamos fazer propaganda, pois não temos fábrica de seda, então, não vamos rasgar seda, de abrir as portas para que se consiga ficar frente a frente com o poder decisório, tem sido fantástico e pouco aproveitado de modo geral pelos mais de mil associados que existem na Casa. Vou dizer uma coisa que pode até ser comprometedor, mas vou falar mesmo assim, pois estou absolutamente preocupado com essa Comissão eleita pelo Congresso Nacional para discutir o Pacto Federativo, e vou começar fazendo esta observação. Eu não acredito na legitimidade, apesar de ter na figura do Ministro Jobim as maiores e melhores referências, que isso que está sendo ali debatido seja de fato realizado, porque ao fazermos a leitura ambiental das questões, chegamos a conclusão de que há ali poucos técnicos envolvidos na questão, com exceção de um ex-diretor da Receita Federal, que não tem relação com a macroeconomia, mas sim com a arrecadação de tributos, e não com a questão de dívida, Everardo Maciel. Temos, também, o Ivisgandra Martins que trabalha com a questão tributária do PIS, COFINS, ICMS, mas que não está envolvido na gestão da coisa pública. Aí, essa é a pergunta. De que maneira os Senhores Deputados podem, a partir de ferramentas estratégicas de gestão, fazerem parte? Então, acredito que um órgão como a UNALE e outros tantos órgãos de colegiado de Universidades, de instituições não-governamentais, que estejam estudando isso tecnicamente, teriam, sem dúvida nenhuma, muito mais vantagens competitivas para resolver esse assunto, do que deixá-lo cair na mão do Congresso Nacional que me parece não ter interesse de resolver as questões para os Estados. Estou falando isso como um cidadão brasileiro: a discussão tem que partir das Assembleias Legislativas, dos Estados, da UNALE, e sou consultor executivo da UNALE. Uma reforma na Instituição tem que ser compartilhada com a base de colaboradores para que a cultura organizacional seja transformada, senão não há mudança de paradigma, há uma continuidade maquiada da situação. Isso é o que estudamos em teoria das Organizações e das Instituições. Logo, uma comissão nomeada pelo Senado seguirá as diretrizes do Executivo, uma Comissão criada pela UNALE ela seguirá as diretrizes nomeadas pelos entes federados e aí respeitará as peculiaridades e as regionalidades. Como é que a gestão pode fazer isso? Observando os especialistas na área de logística, de infraestrutura, de finanças, de gestão de pessoas, de saúde, de investimento público, buscando profissionais capacitados para entregarem projetos de ação aos Senhores Deputados, para que esses cheguem com projetos de gestão. Como eu vejo isso? Muito claramente devido a minha vivência de 25 anos de professor de Mestrados e de MB Executivo, onde os alunos têm que, ao final do curso, apresentar um plano de negócios ou um planejamento estratégico factível, que será analisado por uma banca para averiguar se naquilo que eles se propõem a fazer, já estão alocados os recursos e a construção desse horizonte para quatro, cinco anos. Dessa forma, saímos de projetos inscritos para programas de ações exequíveis, portanto, falta colocar gestão na coisa pública. A ciência da administração chegou no Brasil, mas somente foi regulamentada a profissão no ano de 1965 pela lei 4769, de 09/09/1965. Nós estamos há muito tempo com uma ditadura do setor jurídico e da macroeconomia e com pouca influência da gestão organizacional. Eu vejo por aí, Deputado Erci, com práticas de administração, com programa nacional da qualidade e com INDG, com movimentos de qualidades regionais estabelecendo qualidade do Setor Público, lembrando uma coisa, se me permiti, mas uma janela diminuir custos não significa vantagem competitiva, significa sobrevida para a empresa. A empresa que não ganha mercado, que não se torna competente para conseguir vantagens competitivas, estrategicamente falando, vai seguindo o modelo que se brincava na Segunda Guerra, o cavalo do comissário inglês, que estava quase aprendendo a viver sem comer, até que morreu. O que significa que nós temos que aprender a viver comendo bem. Então, passa pela UNALE, pela Gestão do Presidente Tchê. A UNALE não pode deixar que o Congresso Nacional tome a frente dessa discussão, senão ela vai cair no politiquês, morreu e está esvaziado. O Estado vai continuar recebendo menos do que Caldas, em Imperatriz.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Quero cumprimentar o Presidente da UNALE, Deputado Luis Tchê, e o nosso professor Sílvio que veio nos brindar com essa palestra. É a terceira oportunidade que tenho em ouvi-lo e também o Diretor Geral da UNALE, Senhor Lauri, um dos pilares desta nova cara da UNALE. Quero parabenizá-lo, Presidente, por essa iniciativa de vossa gestão, em fazer com que a UNALE participe dos grandes debates nacionais. Nós temos acompanhado, desde a sua posse, com bastante alegria, a questão do Pacto Federativo, da Matriz Energética que nós vamos discutir na reunião da UNALE em Natal e, quero sugerir, aproveitando essa oportunidade, que a UNALE verifique a possibilidade do debate na questão da emancipação de novos municípios e que o crescimento do País principalmente, na região norte, passe necessariamente pela criação

de novos municípios, o que seria uma bandeira muito boa para a UNALE e interessante para essas centenas de Distritos na Região Amazônica terem a UNALE assumindo essa bandeira. Eu quero me reportar principalmente a questão do Pacto Federativo, Professor Sílvio, porque em Roraima não deve ser diferente do Acre. Nós temos aqui, aproximadamente 88% das terras do nosso Estado comprometidas com áreas indígenas, com áreas de preservação permanente ou áreas em que não é possível o cultivo por serem áreas de inundação ou serras, sobrando apenas algo em torno de 12% de terras produtivas. Toda vez que se faz uma tentativa de ação aqui, como falou o Deputado Joaquim Ruiz, como a plantação de cana-de-açúcar para produção do álcool, nós encontramos barreiras nos órgãos ambientais. Por outro lado, quando tentamos discutir a divisão dos royalties do pré-sal, os grandes Estados dizem que aquilo pertence a eles. Então, nós nos vemos amarrados, não conseguimos o crescimento, as dificuldades que se colocam são muitas. E quando tentamos participar da divisão de outros recursos, os Estados grandes não aceitam. Então, eu pergunto: na discussão desse novo Pacto Federativo se discute uma compensação aos Estados que têm essa barreira: E, um outro ponto também que eu gostaria que o Senhor fizesse uma observação é quando nós tratamos de discutir o crescimento do País. Nós estamos falando em Planejamento Estratégico, em Planejamento Prospectivo. Eu falei na última reunião da UNALE sobre a necessidade de se fazer justamente aquilo que o Senhor falou agora a pouco, quando respondeu ao Deputado Erci de Moraes, de se fazer essa discussão do Pacto Federativo de baixo para cima. Então, acho que só vamos conseguir isso para discutir o Pacto Federativo. Nós conhecemos quais são os pontos fortes e fracos de cada região, quais são as ameaças para o crescimento e quais são as oportunidades que se apresentam. Dessa forma, eu acredito que essa Comissão de Notáveis que o Senado nomeou, precisaria ser sensibilizada e que a UNALE poderia fazer esse papel, para que se faça essa discussão, começando de baixo, olhando os pontos fortes e fracos, as ameaças de cada Estado, de cada região, para aí sim, verificar o que é realmente interessante, o que é bom para todos na questão da discussão do Pacto Federativo. Por fim, agradecemos pela iniciativa de irem a todos os Estados, que é um começo para conhecermos todas essas questões que acabamos de falar, que são as ameaças, oportunidades, os pontos fracos e fortes. Obrigado.

O Senhor Professor Sílvio Teitelbaum – Obrigado ao Senhor, Deputado, sempre muito gentil e muito afetuoso na forma de tratar e de apoiar esse trabalho, que desde a primeira vez que interagimos, tem tido um crescimento muito grande. Eu acho que o Senhor está completamente certo, se o Governo Federal diz que não podemos mexer na mata, na floresta, temos que ter uma contrapartida. Os royalties do pré-sal não são nosso, mas o bioma é, não se pode ter dois pesos e duas medidas. Acho que, sem dúvida nenhuma, isso deve e precisa ser colocado no Pacto Federativo. E que esse respeito ao povo daqui, e aos profissionais, aos senhores que vieram para construir, para forjar os Estados dessa região do Brasil, deve passar. Porque eu disse que sou do Rio Grande do Sul, não sou gaúcho, sou brasileiro? É porque eu não consigo admitir essa distinção entre meus colegas também do meio acadêmico, pois o Brasil é um só. Se há um Estado que está sendo privado de produzir, porque diz que aquela área tem que ser preservada, tudo bem, mas que contrapartida a União vai dar a ele? Vai punir porque ele está preservando enquanto os outros desmataram e continuam a poluir os rios e fluentes de maneira indiscriminada, e ainda conseguem as benesses da federação? Não. Acho que o Senhor está completamente certo, sem dúvida nenhuma deve ser colocado como um dos fatores chave de sucesso para o plano. Quando se fala em análise estratégica, o melhor modelo de estratégia competitiva a ser usado é o modelo do Economista Marcos Poter, que tem um livro chamado “A Vantagem Competitiva das Nações”. O Brasil é um país imenso, com discrepâncias regionais. Se nós pegarmos esse modelo Poteriano para a discussão do Pacto Federativo, eu estou convencido que ao analisar as cinco forças competitivas, mais a matriz de potencialidade, fragilidade, oportunidades e ameaças que o senhor trouxe, em cima dos fatores chave de sucesso, nós teremos um encaminhamento estratégico do que fazer em cada Região do Brasil, e olhando isso como um plano de negócio. Quais são as questões de produto? Quais são as questões de praça? E aí envolve infraestrutura. Quais são as questões necessárias de comunicação, educação e informação, e quais são as questões econômicas financeiras que divergem? Esses quatro vetores que depois estão embaixo do plano tático, nortearão, sem dúvida nenhuma, se nós conseguirmos sensibilizarmos os notáveis com esse modelo de gestão estratégica do negócio Brasil para os Brasileiros. Dessa forma, conseguiremos, efetivamente, um plano técnico do Pacto Federativo. Acho importante o que o senhor trouxe. Nós temos que sair da discussão de jurisdição, de data vênica, e eu falo isso com toda a tranquilidade, porque eu sou bacharel em ciência jurídica social. Nós temos que sair dessa visão cartorial, da lei, do: ah, porque é legal... porque pode ou não pode...

Não, mas o que nós vamos fazer, que dispositivos transitórios nós vamos usar, quais Decretos de Lei nós vamos fazer, uma vez que fazemos decretos para tanta coisa, para que o Pacto Federativo funcione? Como é que nós vamos fazer para esse plano de ação andar? Coloque no plano de Governo do Presidente, faça uma integração dos Legislativos Estaduais com o Executivo Estadual e pronto, pois de baixo para cima é que se constrói. Todos saem ganhando. Outra questão é sobre a emancipação, ela é fundamental, todos os outros Estados passaram por isso e é fundamental que os distritos passem a ter economia.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Senhor Presidente, quero só abraçar, mais uma vez, o Presidente da UNALE, nosso amigo Tchê, deseja-lhe boas-vindas e dizer que estamos felizes com sua presença, bem como com a presença do Lauri, Diretor Geral da UNALE, que é também nosso amigo, e agradecer pela palestra do nosso amigo Sílvio. Professor, o senhor fala da União abrir mão de dívidas de vários Países e, agora, abrir mão das dívidas dos Estados. Não sei até que ponto. Acho que tenho que ser convencido disso, pois quem faz dívidas, tem que ser responsável por pagá-las. Os Estados têm que pagar as dívidas que têm com a União. O que nós temos que criar é mecanismos para que a União redistribua, de forma eficaz, de forma correta, eficiente, e principalmente de forma justa com os Estados da União. Roraima deve um bilhão e trezentos e doze milhões de dívida, proporcionalmente. É o Estado que mais deve, mas esse Projeto foi feito pelo Governador, e ele disse que tinha condições de pagar, avalizado e aprovado pela Assembleia Legislativa. E porque, agora, nós vamos pedir o perdão dessa dívida se nós dissemos que tínhamos condições de pagar? Da mesma forma acontece com o Estado de São Paulo, que deve 170 milhões, proporcionalmente, mas isso não é nada, São Paulo tem condições de pagar até dez vezes mais. Então, sou contra. Aliás, a União pode abrir mão de contas assim? A Lei de Responsabilidade Fiscal só serve para os Estados, não serve para a União, e por que os Estados não podem abrir mão de despesas, não pode renunciar receita? Acho que o Pacto Federativo de fato tem que acontecer urgentemente, porque não existe absolutamente nada sendo respeitado no Pacto Federativo. Essa comissão de notáveis que foi criada, é uma comissão para inglês ver, ela não vai acontecer. E, uma sugestão, é que dessa comissão se crie subcomissões por regiões na Amazônia para que se crie sub regiões no Brasil inteiro, para que cada região, cada comissão leve a sua proposta. Eu acredito que a partir daí essa comissão de notáveis possa ter um trabalho de fato, do ponto de vista de cada região brasileira, para analisarem o que precisa ser feito no Pacto Federativo. Nós esperamos, professor, que o Pacto Federativo venha acontecer por pressão dos Legislativos Estaduais, do Senado e da Câmara, mas o legislativo está castrado há muito tempo, como disse o Deputado Flamarion, se trocou por cargos e por emendas, não tem altivez, não tem voz para falar diante do Governador do Estado, não tem voz para falar diante do Presidente da República, porque tudo o que eles fazem é pensando em um cargo, em alguma empresa ou em uma emenda parlamentar amanhã ou depois. Obrigado.

O Senhor Professor Sílvio Teitelbaum – Eu concordo. Talvez eu não tenha me expressado bem quando mostrei as dívidas. Eu quis falar que o Governo Federal perdoou as dívidas de outros países, mas não acho que deva perdoar as dívidas estaduais, que eu proponho que sejam praticadas pelo BNDES nesses Projetos de realização de infraestrutura. Estou plenamente de acordo com o Senhor Deputado, sou radicalmente contra a auditoria da dívida. A dívida está aí, está contabilizada pela União, é fato consumado, ela existe, não se pode voltar o relógio, e fazer aquela renegociação, vou ao banco e negocio, porque a dívida contraída foi na época em que os juros estavam em patamar X, e agora eu tenho um patrimônio que posso colocar como garantia e baixar os juros, pode ser alongado o perfil da dívida, e diminuí o desembolso. Você não faz renúncia! Acho que talvez eu tenha me expressado mal nessa questão. Mas estava mostrando o que o Governo Federal fez, e digo o seguinte: fez caridade com o chapéu alheio. Então, se ele tem condições de perdoar a dívida de outros países, porque não praticar juros de BNDS internamente para investimentos em infraestrutura. Sou absolutamente contrário a revisão da dívida. Esses são os números atualizados da dívida, e se faz necessário parar essa bola de neve. Obrigado pela observação. Agora, acho que pode esclarecer.

A Senhora Deputada Ângela Portela – Quero cumprimentar nosso Presidente, Deputado Chico Guerra, nosso convidado Presidente da UNALE, José Luis. Quero fazer um comparativo entre a questão real e a virtual no fator do Brasil ser, hoje, a sexta economia mundial, pois na prática isso não se reflete na sociedade.

O Senhor Professor Sílvio Teitelbaum – Existe uma diferença entre crescimento e desenvolvimento. Às vezes, olhamos um jovem com 1.80 de altura, com a voz ficando mais grossa, e perguntamos se

ele está crescendo ou desenvolvido. Ele está crescendo, tem musculatura, tem força, voz, mas ainda está desenvolvendo a inteligência emocional, a questão de aprendizagem da vida.

O Brasil é um país crescido. A sexta economia significa muito mais o crescimento do PIB, relacionado a questão cambial, do que propriamente o avanço significativo em algumas áreas, e isso está comprovado. O Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo, e no índice de retorno de bem-estar à sociedade é o trigésimo do mundo. Estamos como o trigésimo país no IRBIS, dado que cruza carga tributária, PIB e IDH. Os dados estão à disposição de quem quiser copiar. Estamos atrás de nações como: Grécia, Eslováquia, Espanha, Uruguai, Islândia, Argentina, Eslovênia, Noruega, Finlândia e Itália. Se nós olharmos, não temos um PIB per capita avançado. Nós temos uma empresa que fatura muito, mas tem pouca margem de lucro, é uma empresa que distribui mal o resultado para os seus acionistas, tem pouca capacidade de investimento, e a relação entre dívida e capital de giro está muito comprometida internamente, saldou compromisso com terceiros, mas deve para suas filiais e suas filiais lhes devem. Se nós pegássemos uma grande empresa como a ODEBRECHET ou Andrade Gutierrez, que tem a BRASQUEM para construir plataforma de petróleo, tem a parte de informática, de produção de café, em hipótese há um faturamento monstruoso, fantástico crescendo no ranking. Mas a BRASQUEM deve muito para HOLDEN, que por sua vez também deve. A HOLDEN não tem uma dívida externa, mas tem uma dívida entre os seus associados, conglomerada, muito grande. E, ao final do exercício está distribuindo mal o resultado para o acionista, e o colaborador não está conseguindo atingir o índice. Claro que eu estou dizendo tudo o que não acontece no grupo ODEBRECHET, só estou pegando como exemplo essa empresa que é um caso de sucesso, para mostrar como seria o seu posicionamento. Nesse sentido, será que ela estaria bem no ranking das 500 maiores e melhores da Exame? Não. Por isso que me senti confortável em pegá-la como exemplo, porque quando olhamos o ranking Brasil verificamos como temos caminhos para melhorar. Não é uma questão de discussão política, pois todos os governantes têm boa vontade de fazer. Isso foge até do nosso tema, mas eu tenho o cálculo do IRBIS para comprovar.

O Senhor Deputado Jalser Renier – Senhor Presidente, eu gostaria de agradecer e ao mesmo tempo saudar o Deputado Tchê, da UNALE, o Diretor Geral, Senhor Laurindo, o professor Sílvio que deu uma aula de conhecimentos gerais, demonstrando que nós, brasileiros, não conhecemos o nosso país e, principalmente, as ações que são apresentadas por ele. Existe, na verdade, um contrassenso e um contra-ponto com relação às dívidas que os Estados têm. Eu concordo, em parte, com o que o Deputado Mecias falou, porque, a partir do momento que você adquiri um débito, você tem obrigação de pagar, demonstrando, perante a sua empresa, que, de certa forma, tem como pagar aquela dívida que contraiu. Ocorre que é utópico pensar que a partir do momento que o Governo Federal apresenta o IPI, faz as ações do Governo com o dinheiro dos Estados, porque o IPI é um dinheiro dos Estados, o FPE cai em razão do IPI, e o Estado ainda tem que pagar uma dívida porque o Governo Federal está retirando esses valores do dinheiro dos Estados. Então, eu acho que nós temos que repensar numa anistia, num contraponto não geral, mas nas datas que foram apresentadas no IPI, pois a partir do momento lançarem isso, estarão tirando do nosso dinheiro, e aí é onde a lucidez não fica tão correta. Só para que Vossas Excelências tenham uma ideia, o Deputado Mecias de Jesus foi muito lúcido quando falou do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados que regem a política desse país o que ele disse é uma verdade. O grande problema hoje, são as negociações e as emendas parlamentares. Vou dar um exemplo do nosso Estado. Nós recebemos de um Senador uma emenda para construir um outro hospital no Estado de Roraima, sendo que já temos o Hospital Geral que custa por mês ao Estado doze milhões, ou seja, a cada ano ele custa para o Estado em torno de cento e quarenta milhões. Sabe o que aconteceu? O hospital que vai ser construído tem 150 leitos, a obra custará para os cofres públicos do Governo Federal 38 milhões, o Estado irá entrar com uma contrapartida de 5% a 10%. E o que acontece? O Governo Estadual entra com a contrapartida e a obra vai ser concluída. São 150 leitos. Se nós entendermos que o Estado vai gastar, ao invés de 12 milhões, pois 6 milhões, isso vai onerar, a partir do ano que vem, com a construção dessa obra, mais de 280 milhões de reais para os cofres do Governo do Estado, ou seja, nós estamos recebendo, através de emenda parlamentar, um presente de grego para o Estado de Roraima. Eu não estou falando sobre os equipamentos do hospital, porque se você internalizar que vão custar para os cofres públicos do Estado de Roraima algo em torno de oito milhões de reais, que é quanto vão custar os equipamentos, é um presente de grego. Agora, nós temos a lucidez de que se um Senador ou um Deputado

Federal ao invés de construir um hospital, verticalizar o Hospital Geral, ficaria bem melhor, pois o custo ficaria menor, a estrutura se modernizava e nós teríamos condições de atender com a mesma competência que os demais hospitais dos outros Estados do Brasil. Esse é o grande problema. Agora, não se pode fazer isso porque há uma cláusula que diz que a emenda só disse ser utilizada para esse fim. O Deputado Federal ou o Senador não pode mudar. Houve Senador aqui, que teve que fazer umas emendas e trazer caprinos para Boa Vista porque não podia mudá-la, tinha que ser para aquele fim, não podia trazer bode, nem vaca. Então, quer dizer, é uma coisa extremamente complicada. Nós falamos de desenvolvimento, falamos da pergunta que a Deputada Angela fez, das colocações do Deputado Mecias. Nós temos esse contraponto aqui. Então, isso é uma utopia a se pensar. Nós temos que ver a questão da dívida que o Estado de Roraima tem, que é uma dívida que o Estado de São Paulo tem. Quando o Governo Federal implementa um imposto não afeta o Estado de São Paulo, do Rio Grande do Sul, mas afeta o Estado do Acre, os Estados pequenos do Brasil que não têm força política suficiente para poderem chegar no Comando Central Brasileiro e dizerem que temos que respeitar as instituições. Até o Estado do Amazonas nós não podemos incluir nisso, porque ele é a terceira maior potência do Brasil. Então, eu quero dizer ao Senhor, até em som de desabafo, que nós também nos unimos a essa causa. Eu acho que a UNALE passa por um novo momento, passa pela criação de uma nova identidade, de uma nova visão e, nós percebemos isso pela maneira como o Senhor coloca, e pela maneira como o Presidente apresenta essa instituição aos olhos dos Deputados e, principalmente, da sociedade roraimense. Muito obrigado pela oportunidade.

O Senhor Professor Sílvio Teitelbaum – Muito obrigado, Deputado, pelas suas palavras. Estou seguindo a linha de raciocínio dos valores que o Deputado Tchê e o Diretor Lauri têm me passado. Espero ter conseguido atingir os objetivos. Quanto a essa questão do IPI, eu acho que isso também tem que ser estudado. O que não se pode é zerar e revisar toda a dívida. Esses pequenos favores, pedidos com o chapéu alheio, têm que ser colocados na mesa de negociação, e quem impede são os pequenos Estados. O Senhor foi muito feliz, mas suas colocações. Mas há uma questão. Quanto à construção do hospital, isso significa gerar duplicação de custos fixos e, principalmente, daquele custo oculto, que é o variável, que muitas vezes a gente não sabe. Então, o Senhor apresentou apenas o cálculo do custo fixo, imagine o que não vai ter de custo variável como aquele material que fica em estoque é descontado, atraso em serviço, novos funcionários, custo de energia, geradores e outras coisas mais. O Senhor só trouxe o custo físico. A conta é um pouquinho maior.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, só para ilustrar as palavras do professor, quando o Deputado Jalsler levanta o problema da isenção de IPI para linha branca, como é que nós vamos, Presidente da UNALE, discutir, no Pacto Federativo, que esse tipo de isenção que o Governo faz com os recursos dos outros Estados, só beneficia os grandes Estados produtores do país. E os Estados grandes, os Estados industriais não vão abrir mão quando o Governo praticar esse tipo de coisa. Por exemplo, na linha de automóvel, quando reduz o IPI, os Estados que não são produtores, não são industrializados, ficam penalizados, como é o caso do Acre, de Roraima, de alguns Estados do Nordeste, com exceção da Bahia e os outros Estados, que são os Estados produtores. Quando o Governo pega o dinheiro alheio, os Estados se abarrotam de ICMS e a Receita Estadual vai lá para cima. Então, no Pacto Federativo é extremamente difícil encontrarmos uma solução.

O Senhor Professor Sílvio Teitelbaum – Aí é que vem a grande moeda de troca da região, que é a questão da floresta e da mata. E esse é o grande poder de barganha na negociação. Perdemos aqui, não ganhamos ali, mas qual a contrapartida que teremos de incentivo por não estarmos mexendo na mata porque os outros não têm floresta? Então, as coisas têm que ser calculadas como um sistema que interage. Se os Estados produtores recebem IPI, os Estados preservadores lá nada mata que os outros não têm vão receber o quê? Eu acho que a negociação é complexa por isso. Claro que ela não pode nortear a discussão. Mas a discussão não vai andar? Vai lá nos ajustes finais, com a grande moeda de troca dos Estados do norte, com a floresta, a mata.

O Senhor Deputado José Luís Schafer – Eu vou tecer alguns comentários rápidos sobre a questão que se discute do pré-sal do Rio de Janeiro, Espírito Santo, enfim. Nós entendemos que o pré-sal é da União, e sabemos que a reserva que há aqui em Roraima é do Estado de Roraima, pois está aqui no Estado. Sabemos que a floresta, por exemplo, que existe no Acre, é nossa. E aí como é que a gente fica discutindo a questão da anistia. O que foi eu que falei? Pedi anistia da dívida de

Roraima, do Amapá, do Acre, porque pelos estudos que nós fizemos, já pagamos essa dívida duas ou três vezes. A ideia seria, então, vamos pedir a União uma revisão da dívida, e vamos colocá-la nos juros que nós realmente devemos pagar, que seria talvez o juro do BNDES de 2,4 %, porque a lei diz o seguinte: o juro mínimo é de 6%. Aí, de seis vai para sete, oito, dez, doze, enfim. E o que acontece com tudo isso, fazendo todos os cálculos dos estudos? E aí vem aquilo que a UNALE começou a fazer diferente. Nós precisamos dos técnicos. Se não fossem os técnicos, nós não tínhamos os números, com os quais nós podemos questionar hoje, junto ao Governo, no que realmente os Estados estão sendo penalizados. O Estado do Acre paga mais de vinte milhões por mês da dívida. Vamos rever isso.

Eu pergunto o seguinte: o Estado do Amazonas está tendo problemas? Lá não tem problemas. Qual é a compensação que nós teríamos? A anistia da dívida, eu não sei. Mas por que Roraima não pode ter uma zona franca como tem o Amazonas, uma zona de livre comércio? Por que nós não podemos discutir aqui turismo para Roraima, para fortalecer o Estado? De que adianta São Paulo ser rico, como Minas e Rio Grande do Sul, e os Estados da região norte são pobres? Então, não podemos discutir a questão turística de repente. Mas o que há de turismo aqui em Roraima? O que há de turismo no Acre? Não sei. Eu sei que Las Vegas, nos Estados Unidos, era um deserto e, hoje, é uma das cidades mais visitadas do mundo. E nós estamos aqui na divisa, fazemos fronteira com Perú e Bolívia. Quer dizer, tem como trazer um turista, por exemplo que vai a Cusco? Então, a questão da anistia talvez seria uma renegociação ou uma revisão da dívida, mas de acordo com aquilo que realmente nós podemos pagar, porque quem está pagando um preço alto é a nossa população. Imagine, sempre tive na minha mente que quem subsidiava os Estados era a União. E, depois desses estudos, posso dizer que quem está subsidiando a União são os Estados. São os Estados que estão pagando. Nós arrecadamos, no ano passado, 1,5 trilhões e tudo ficou nas mãos da União, praticamente dois terços. E pagamos 428 milhões de dívidas. Nós pagamos, mas a dívida só aumenta. Ela virou uma bola de neve. E nós precisamos encontrar um caminho. Acredito que o caminho seja esse, a UNALE, que chegou na hora certa, no lugar certo. Talvez depois de 15 anos de muito trabalho, penalização, debatendo o pacto federativo, chegarmos num momento interessante. Essa comissão de notáveis, vai fazer o que a UNALE, depois de 15 anos começou a fazer, contratar os técnicos, colocá-los para trabalhar. Cada Assembleia Legislativa poderia criar uma comissão no pacto. Nós iríamos a nosso município discutir e entregaríamos um relatório a Nelson Jobim. E, vamos ter essa conversa com o Presidente Nelson Jobim. Inclusive, nós já autorizamos o Lauri a entrar em contato com ele para fazermos uma audiência e colocarmos que a UNALE tem uma contribuição importante para dar nesta questão do Pacto. Acho que o Pacto já dá um grande passo com a participação da UNALE. Vamos pedir lá, não talvez na Comissão de notáveis, que a UNALE seja protagonista na questão do Pacto federativo, até porque senão, nós, Deputados Estaduais, poderemos ser mais penalizados do que já somos agora. Estou muito feliz de estar aqui na UNALE, como disse o Professor Erci, estar num outro patamar. Não que os que passaram fizeram errado, muito pelo contrário, deram uma contribuição importante para a entidade, pois conseguimos, dentro do espaço físico da nossa instituição, criar um Conselho gestor, e estaremos aprovando, no dia 16, a alteração do estatuto, e o Conselho Gestor de uma forma ou de outra, já começa a se manifestar e nos dar a oportunidade de estar aqui, em Roraima, Manaus e outros Estados, discutindo a política, pois esse é o nosso papel. Então, quero, meu Presidente, agradecer pela oportunidade e desde já convidar a todos para, no dia 16 de abril, no Rio Branco – Acre, discutirmos a questão do Pacto Federativo e da dívida dos Estados e, no dia 30 e 31 de maio e 1º de junho, em Natal – Rio Grande do Norte, discutirmos o tema “Matriz Energética como Alternativa para o Futuro”, onde já temos como palestrantes confirmados o Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, o Senhor Ricardo Amorim, que é do Manhattan Connection, que faz um belo de um trabalho em economia e política, Edson Lobão, de Minas e Energia, e estamos tentando confirmar a presença de Nelson Jobim. Sobre o Pacto Federativo, inclusive, Deputado Mecias, Roraima sempre teve participação muito grande nas nossas conferências, mas nós, Deputados Estaduais, nunca conseguimos debater nenhum tema. Então, na quinta-feira, dia 31, se não me engano, na parte da tarde, vamos discutir o Pacto Federativo, a dívida de Estados, esmiuçar junto com o colegiado de Presidente que já garantiu a participação, para de lá tirarmos um documento e entregá-los ao nosso Presidente, Nelson Jobim. E, na sexta, de manhã, vamos tratar

sobre a Copa do Mundo. Nós fomos à África ver como eles realizam a deles, o que lá aconteceu, se dá para aproveitar alguma coisa. O Prefeito de Joanesburgo está para confirmar sua presença e temos confirmada a presença do Romário. Estamos também tentando confirmar a presença do Ronaldo, para fazermos uma mesa redonda para discutirmos a questão da Copa do Mundo no Brasil. Portanto, agradeço, em nome do Lauri, do Sílvio que nos acompanha, a todos de coração e quero dizer que estou muito feliz de estar aqui, e triste porque deveria ter conhecido Roraima há muito mais tempo.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Nós queremos agradecer a presença do Dr. Sílvio, do Dr. Lauri e, em especial, a presença do Presidente da UNALE, Deputado Tchê, que nos presenteou hoje com esta palestra de fundamental importância para a formação dos nossos Deputados, para terem conhecimento do que acontece nesse país. Estamos orgulhosos de tê-los aqui na nossa Casa, esperamos recebê-los novamente e, desde já, queremos aqui nos comprometer de que estaremos no Acre e também em Natal com uma delegação expressiva. E, não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Sessão, convidando aos Deputados para uma pequena reunião na sala da Presidência com os nossos convidados.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Portella, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalsel Renier, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 22/03/2012

ATAS COMISSÕES

ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 014/2012.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e doze, às dezessete horas e quinze minutos, no Plenário Noêmia Bastos

Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico 202, realizou-se, extraordinariamente, a reunião da Comissão Especial Externa, criada através da Resolução n.º 014. Destinada para, nos termos do Regimento Interno, analisar e emitir Parecer ao Projeto de Lei n.º 039/12, constante da Mensagem Governamental n.º 036, de 20 de agosto de 2012, que **“Autoriza o poder Executivo a contratar operação de crédito interna, junto ao BNDES, tendo como Agente Financeiro o Banco do Brasil S/A, no âmbito do Programa PROINVESTE, e a oferecer garantias”**, constituída pelos seguintes Senhores Parlamentares: **Aurelina Medeiros; Brito Bezerra; Célio Wanderley; Chicão da Silveira; Flamarion Portela; Jalsel Renier; Marcelo Cabral; Marcelo Natanael e Naldo da Loteria.** Assumiu a Presidência dos trabalhos a Deputada Aurelina Medeiros, nos termos do Regimento Interno desta Casa. Havendo quorum regimental a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos e anunciou, conforme acordo de lideranças, os nomes dos candidatos aos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator. Iniciado o processo de votação e feita a chamada, votaram os Deputados: **Aurelina Medeiros; Brito Bezerra; Célio Wanderley; Chicão da Silveira; Flamarion Portela; Jalsel Renier; Marcelo Cabral; Marcelo Natanael e Naldo da Loteria.** Encerrado o processo de votação, a Senhora Presidente proclamou o resultado, declarando eleitos e empossados, **para Presidente: O Senhor Deputado Célio Wanderley, para Vice-Presidente o Senhor Deputado Flamarion Portela e para Relator o Senhor Deputado Naldo da Loteria.** Estando com a palavra o Senhor Presidente, agradeceu a todos pela votação, e informou que a Comissão será convocada no tempo oportuno para análise da matéria. Encerramento: Às dezessete horas e cinquenta minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e para constar, eu, Josiane Salete Daubermann, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Célio Wanderley

Presidente da Comissão

Aprovada em: 04/09/12



PROCON

ASSEMBLEIA



**A voz do
Consumidor**



PROCON

ASSEMBLEIA



**A Voz do
Consumidor**

proconassembleia@al.rr.gov.br
Fone:(95) 4009-5614